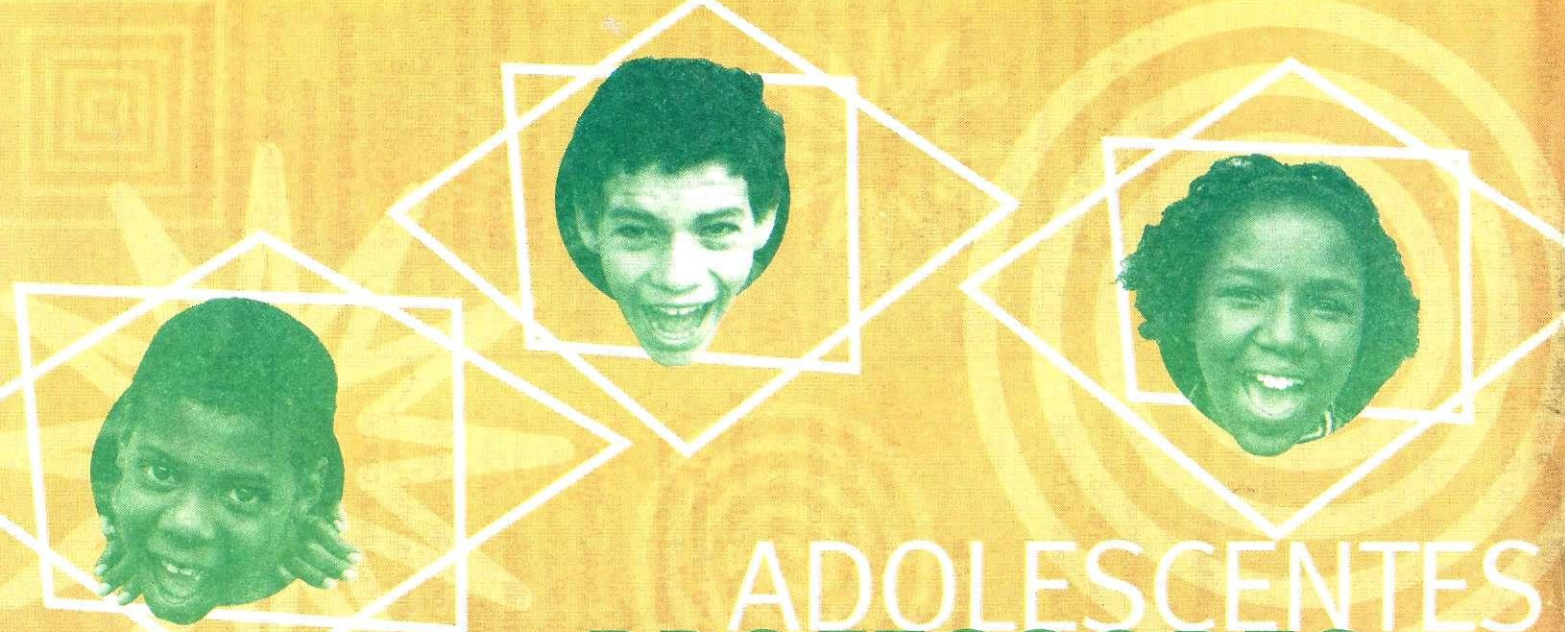


CONCURSO

Contra a Redução da Idade Penal
e a Favor da Cidadania



ADOLESCENTES
PROFESSORES
EDUCADORES

MÚSICA
FOTOGRAFIA
TEXTO

Para adolescentes (de 14 a 17 anos e onze meses)

Categorias: música, fotografia e texto

Para professores/educadores


Categoria: atividade educativo-pedagógica

Inscrições até 10 de maio de 2001 | Maiores informações CRP SP | tel. (11) 3486 8214
fax (11) 3061 0306 | e-mail concurso@crpsp.org.br | site www.crpsp.org.br
Rua Arruda Alvim, 89 | Jardim América | cep 05410 020 | São Paulo – SP

Premiação em todas as categorias:
R\$ 1.000,00 (1º lugar) | R\$ 800,00 (2º lugar) | R\$ 500,00 (3º lugar)



O futuro do Brasil não merece cadeia

Tamanho e documento

10 ANOS DO ECA
estatuto da criança
e do adolescente

 Conselho Regional de Psicologia SP

psi

jornal de psicologia  crp sp

ano 19 • número 126 • janeiro / fevereiro 2001



Incerteza social estimula interesse por
técnicas de auto-ajuda

“Não agüento mais livro de auto-ajuda, esoterismo e religião. Eu quero livro para ateu.”

José Simão, FSP, 24/12/2000

“Tudo aquilo que você deseja na vida pode ser alcançado através do poder cósmico latente em seu cérebro.”

Joseph Murphy, autor de “A Força do Poder Cósmico do Subconsciente”

“Se entrar no ramo da auto-ajuda, vou fazer muito dinheiro.”

Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo, sobre sua ocupação depois de deixar a Prefeitura de SP, FSP, 27/11/2000

“Poucas pessoas sabem usar a palavra para provocar um efeito nos outros como eu. (...) No final de um seminário de alta performance, se eu disser para comerem grama, eles comem.”

Roberto Shinyashiki, psiquiatra e autor de livros de auto-ajuda, Revista Exame, 24/03/1999

“Na área emocional, enquanto os especialistas trabalham nas universidades e nos centros de Psicologia Esportiva, os pseudopsicólogos utilizam, nos clubes e no COB (Comitê Olímpico Brasileiro), técnicas de auto-ajuda amadoras, ineficientes e sensacionalistas.”

Tostão, ex-jogador da Seleção Brasileira de Futebol, FSP, 08/10/2000



foto capa | Photodisc

Índice

02 Editorial

Cartas

03 Eleições

Está aberto o processo eleitoral para o CRP SP e para o CFP.

04 Diálogos

Como deceria ser a Psicologia Escolar praticada no Brasil, segundo a especialista Raquel Guzzo.

Formação

Vantagens e desvantagens da educação à distância.

09 Opinião

A falta de regulamentação específica sobre a prática da psicoterapia.

Sociedade

Gurus da auto-ajuda prosperam vendendo técnicas de resultados questionáveis.

12 Mercado

O crescimento da auto-ajuda está relacionado à globalização e ao individualismo.

14 Autores

Quem se destaca no mercado da auto-ajuda.

Regulamentação

Auto-ajuda inclui-se entre as práticas não reconhecidas.

16 Livros

Pessotti completa trilogia que aborda historicamente o fenômeno da doença mental.

Informática

Reabilitação cognitiva é área promissora para a Psicologia.

18 Notas

Orientação

O “vínculo” e a “ética” na prestação de serviços psicológicos.

19 Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Lumêna Almeida Castro Furtado
Vice-presidente | Odair Furtado
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | Alexandre Nicolau Luccas

Conselheiros efetivos

André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny, Carmem Sílvia Taverna, Katia Rubio, Leliane Gliosce Moreira, Odette de Godoy Pinheiro, Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci Alvim, Rogério Izidro Duran, Sandra Maria Sawaya, Vania Conselheiro Sequeira e Wanda Maria Junqueira Neves

Conselheiros suplentes

Ana Stella Álvares Cruz, Adalberto Botarelli, Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg, Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Brito Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina Namura, Milton Baldon, Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Sueli Pereira Pinto e Valéria Pereira

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Carolina Ribeiro, Elisa Sayeg, Elizabeth Arouca, Inez Guimarães Pistelli, Katia Rubio, Odair Furtado, Rafaela Cocchiola e Vania Conselheiro Sequeira

Edição e textos

Luís André do Prado (MTB 2212)

Reportagem

Cristiano Tsonis

Revisão de textos

Claudia Padovani

Fotos

Márcia Zoet, Agência Argos

Projeto gráfico e Editoração

Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações

Gilberto Tomé | Patrícia Gimeno

Impressão

Folha Gráfica

Tiragem

48.000 exemplares

Periodicidade

bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

cep 05410-020 São Paulo - SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932

Bauru | tel. (14) 223 3147, 223 6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000

Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 233 3867, 232 9357

A construção da Psicologia depende de cada um de nós

Comentamos em nossa última edição que este início de milênio representa para nós uma reafirmação da esperança que temos na construção de um mundo diferente do de hoje: um mundo mais solidário, mais tolerante e inclusivo. É com essa perspectiva que estaremos desenvolvendo nossos projetos de intervenção juntamente com as comissões de trabalho do CRP SP. Foi também perseguindo essa meta que participamos ativamente do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre entre 25 e 30 de janeiro, momento no qual pudemos somar esforços com representantes de 120 países na tarefa de problematizar questões sociais urgentes, apontando estratégias prioritárias para seu enfrentamento.

Neste ano de 2001, estaremos vivendo um processo bastante significativo para a Psicologia no Brasil, mais especificamente para o Sistema de Conselhos de Psicologia: a realização do **IV Congresso Regional de Psicologia**, entre 18 e 20 de maio, em São Paulo, e do **IV Congresso Nacional de Psicologia**, entre 21 e 24 de junho, em Brasília, eventos

nos quais vamos debater as dificuldades que se apresentam nas diversas áreas da prática profissional e apontar novos rumos para os trabalhos a serem desenvolvidos nos próximos três anos pelos Conselhos de todo o Brasil. A construção desse IV Congresso, em todas as suas etapas, assim como da própria profissão, depende da atuação direta de cada um de nós. Todos os eventos do Conselho Regional de Psicologia SP, daqui até abril, serão espaços de aglutinação nos quais estaremos pensando, discutindo e propondo teses que possam ajudar em nossa busca por **"Qualidade, Ética e Cidadania na Prestação de Serviços"** - tema central desse IV Congresso.

A etapa inicial desse processo dar-se-á com a realização, nas subseções e na sede do CRP SP, dos Pré-Congressos, após os quais ocorrerá o IV Congresso Regional, quando será definida a participação de São Paulo no IV Congresso Nacional (mais detalhes, veja no *folder* que segue com esta edição). O ano congressual coincide, não por acaso, com a realização das eleições das novas diretorias

dos CRPs e do CFP. A simultaneidade dos eventos é motivada pela possibilidade que os Congressos abrem de ampliarmos e qualificarmos o próprio debate eleitoral, permitindo uma divulgação mais ampla das propostas e dos planos de ação dos candidatos ao pleito, que ocorre em 27 de agosto, dia do Psicólogo.

As chapas concorrentes ao CRP SP serão inscritas e lançadas durante o Congresso Regional, em maio, e as chapas para o CFP, durante o IV Congresso Nacional de Psicologia. Abre-se a partir daí o diálogo entre os grupos concorrentes e a categoria. Informe-se, divulgue e - principalmente - não deixe de participar de forma ativa em todas as fases! Vamos fazer desse um momento privilegiado, no qual poderemos pensar coletivamente a Psicologia sob a perspectiva da ética, da ampliação do acesso à população em geral e da qualidade dos serviços que prestamos.

Lumêna Almeida Castro Furtado

Conselheira-presidenta do CRP SP

Cartas

Mercado e preconceito

➔ Sou estudante de Psicologia da Univ. São Marcos e estou no final do 3º ano do curso. Venho encontrando muita dificuldade para conseguir um estágio. Participei de diversos processos seletivos com dinâmicas de grupo (mais de 15) em diferentes empresas, o que serviu para me tornar um *expert* no assunto. Ando pensando até em escrever um livro cujo título seria "O que não se deve fazer em uma dinâmica de grupo". Mas não é pela minha "falta de sorte" em processos seletivos que estou lhes enviando este e-mail. A realidade é que a maior parte das vagas em Recursos Humanos (Recrutamento e Seleção) para estudantes de Psicologia são oferecidas somente para mulheres, ao contrário dos cargos de chefia de RH. Por que será que existem mais gerentes e diretores de RH homens que mulheres? Acho que não é preciso ser muito inteligente para perceber que isso se chama preconceito. Esse é o motivo de minha indignação. Será que a função de Analista de RH/Selecionador(a) das empresas está sendo padronizada como a função de secretária ou recepcionista? Peço que, por meio do CRP, esse assunto se torne de conhecimento da população e, em particular, dos estudantes de Psicologia. Tenho profunda tristeza em dizer que a carreira que escolhi e que tanto amo não me oferece mercado de trabalho apenas pelo fato de ter nascido homem em um país machista que considera a Psicologia como "coisa de mulher".

Antônio Carlos S. dos Santos, São Paulo, SP (por e-mail).

É curioso notar que você fala de um preconceito aparentemente às avessas do que normalmente se pratica em nossa sociedade -

que na maioria das vezes pretere mulheres para cargos profissionais em favor de homens. Mas tudo acaba dando no mesmo lugar: quem acha que "Psicologia é coisa de mulher" está discriminando a profissão e a própria mulher, pois situa ambas como inferiores. E é esse mesmo tipo de mentalidade estreita que discrimina os homens que fazem Psicologia, como se eles estivessem colocados em uma posição errada. São evidentemente atitudes nefastas, cujo combate deve ser praticado por todos nós cotidianamente.

Vídeos

➔ Visitando a sede, interessei-me por algumas fitas de vídeo gravadas pelo CRP SP. Busquei informação sobre o conteúdo das mesmas, mas não encontrei. (...) Outra questão é a criação de uma sala-espço para exibição (dos vídeos). Essa alternativa seria até um "incentivo" para a categoria frequentar mais esta casa.

Ruth R. Manco, Ribeirão Preto, SP (por carta).

As fitas produzidas pelo Conselho resultam de eventos que abordam em profundidade os assuntos tratados - Projeto Diálogos, Programa Diversidade, Psicologia no Mundo do Trabalho, Laudos Psicológicos etc. É tarefa complexa resumir o teor desses debates, de modo que incluamos nas capas das fitas os temas tratados, os nomes e a qualificação dos participantes. A criação de um Centro de Documentação, equipado com monitor e vídeo para a finalidade proposta, está prevista pela diretoria atual do CRP SP. A concretização da idéia esbarra na falta de espaço físico na sede atual. Alternativas estão sendo estudadas.

Recursos Humanos

➔ Gostaria de registrar minha insatisfação com o *PSI Jornal de Psicologia CRP SP* no que tange a matérias sobre a Psicologia na Organização. Não me recorde de ver sequer um artigo sobre o tema, uma entrevista, uma divulgação de um curso, uma preocupação do órgão nesse sentido. Sempre quando falamos de Psicologia, fica na mente a questão social, a clínica e, às vezes, a escola. (...) Não vejo iniciativa nenhuma do CRP SP junto a essa área, pelo menos nos veículos de comunicação. Gostaria de que os profissionais dessas instituições pensassem sobre o assunto e modificassem o conceito de Psicologia Clínica.

Marli Arruda, CRP SP - 50782-5, São Paulo, SP (por e-mail).

A Comissão de RH do CRP SP realiza reuniões periódicas (confira datas na Secretaria) abertas à participação dos profissionais interessados. Além disso, tem promovido vários eventos (por ex., o "Seminário Inclusão no Trabalho: Desafios e Perspectivas", parceria com CEERT, em out. de 1999 - edição 118 deste jornal; o Ciclo "Psicologia no Mundo do Trabalho", em 2000, que gerou série de fitas de vídeo à venda no CRP SP). Em breve, será lançado livro sobre o tema na série "Qualificação Profissional". Na edição 120, publicamos artigo de Sigmar Malvezi, especialista em Psicologia Organizacional. Um novo ciclo de debates que está sendo organizado incluirá discussão sobre "Formação e Psicologia Organizacional e do Trabalho: Novas Perspectivas em Debate", em 10 de março.

Aberto o processo eleitoral para o CRP SP e para o CFP

Está em curso o processo eleitoral para escolha dos conselheiros regionais e federais do Sistema de Conselhos. Os psicólogos que quiserem organizar chapas para concorrer às eleições, que acontecerão no dia 27 de agosto, devem estar atentos à data-limite para as inscrições. Para o CRP SP, o prazo máximo é 20 de maio (último dia do IV Congresso Regional de Psicologia) e, para o CFP, é 24 de junho (último dia do IV Congresso Nacional de Psicologia). A publicação do Edital de Convocação para inscrição de chapas será feita em março, garantindo a antecedência de 60 dias do pleito prevista no artigo 18 do Regimento Eleitoral. O Edital trará informações detalhadas sobre os procedimentos necessários.

As chapas podem ser compostas por psicólogos que estejam devidamente registrados nos Conselhos de Psicologia. As exigências para a inscrição são: ser cidadão brasileiro, estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, não ter débitos com a Tesouraria do CRP SP até o ano 2000 e não apresentar, nos últimos cinco anos, condenações a penas superiores a dois anos por infrações éticas. Além disso, os psicólogos candidatos não podem

estar ocupando, nos três meses que antecedem ao pleito, cargos de diretoria no Conselho para o qual forem se candidatar a conselheiros.

O número de integrantes das chapas para o CRP SP e para o CFP é diferente. Para o Conselho Federal, as chapas concorrentes devem apresentar 11 (onze) candidatos a conselheiros efetivos e 11 (onze) candidatos a conselheiros suplentes. Para o CRP SP, são permitidos 15 (quinze) candidatos a conselheiros efetivos e 15 (quinze) candidatos a conselheiros suplentes. A divulgação das chapas postulantes será feita de forma igualitária pelo *PSI Jornal de Psicologia CRP SP* e pelo *Jornal do Federal*, do CFP.

O voto é obrigatório, não sendo permitido votar por procuração. Os eleitores devem ser psicólogos inscritos no CRP SP, sem débitos de anuidades até o ano de 2000 e em pleno gozo de seus direitos. Os locais de votação, denominados "Mesas Eleitorais", serão divulgados por Edital a ser publicado no próximo dia 28 de julho. Nas cidades em que não houver "Mesas Eleitorais" instaladas, o psicólogo receberá a cédula pelo Correio, pois a votação será por correspondência.

Atenção: Não se esqueça de que para receber informações sobre o processo eleitoral é necessário manter seus dados cadastrais atualizados. Em caso de mudança, comunique o Conselho.

Novo e-mail para mudar endereço e tirar dúvidas sobre cadastro

O CRP SP criou um e-mail específico para o "Atendimento" ao profissional. É para ele que você deve enviar comunicações sobre mudanças de endereços ou dúvidas referentes à documentação para a inscrição do psicólogo, ao valor dos débitos das anuidades do CRP SP e às opções de seu parcelamento, à prorrogação de prazo para entrega de diplomas e às atualizações cadastrais. É conversando que a gente se entende!

atendimento@crpsp.org.br

CRP SP apóia "Psicodrama Público"

O psicodrama vai tomar conta da cidade de São Paulo no próximo dia 21 de março. O método, utilizado para trabalhar conflitos pessoais e temas de interesse social por meio de técnicas de teatro, será ministrado simultaneamente em diversos espaços públicos distribuídos pelos 96 distritos da Capital paulista - praças, casas

de cultura, clubes, escolas e bibliotecas. O "Psicodrama Público" será aberto aos servidores públicos e à população com o intuito de fazê-los vivenciar sua relação com São Paulo e a ética que movimenta a vida cotidiana de cada um. A idéia surgiu da prefeita Marta Suplicy, que convidou a pedagoga e psicodramatista Marisa Greb

para coordenar o evento. A organização conta ainda com o apoio de João Batista Breda, assessor da prefeita. A atividade é supra-institucional e contará com a adesão de 500 psicodramatistas voluntários, que participarão de palestras e *workshops* sobre o tema "Ética" como preparação para o Psicodrama Público.

Por uma psicologia da

Nascida em Campinas, SP, Raquel Souza Lobo Guzzo graduou-se em Psicologia, pela PUC-Campinas, na conturbada passagem dos anos 60 para os 70. Daqueles tempos, guardou a inquietude e o questionamento como marcas do trabalho que passou a desenvolver, voltado para a Psicologia da Educação. Doutora em Psicologia Escolar pela USP, em 1987, concluiu em 1999 pós-doutorado sobre o tema "Prevenção Primária no Brasil, Realidade, Necessidade e Possibilidades de Intervenção", pela University of Rochester (EUA). Participou ainda da criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE.

Atualmente, além de dar aulas na graduação e na pós-graduação da PUC-Camp, integra a Comissão de Especialistas de Ensino (área da Psicologia) no Ministério da Educação – MEC – e vive em trânsito permanente entre simpósios, encontros e onde mais o assunto que mobiliza sua atenção esteja em debate. Tudo isso, ela conta nesta entrevista aos psicólogos Marcelo Passini Moreno e Monica Gobitta –, ambos seus orientandos –, e a Solange Wechsler, professora da PUC-Camp, e Maria do Carmo Guedes, da PUC-SP.

Maria do Carmo Guedes – *Fui sua professora na PUC-Camp, uma experiência curta e rica. Vinha da PUC-SP, onde resistir estava dando certo. Em Campinas não deu em nada e fomos todos demitidos. Você deve ter ido para a faculdade cheia de expectativa e, provavelmente, levou um susto ao encontrar uma escola revoltada. Como você e seus colegas saíram daquele período?*

Raquel Guzzo – Entrei na PUC-Camp em 1969 com outros 50 estudantes para fazer um curso de Psicologia cujo projeto desconhecíamos. Fomos o descobrindo à medida que íamos sendo apresentados aos professores e às disciplinas. Aí, por problemas políticos, esses professores foram todos demitidos e, no segundo semestre, ficamos sem perspectivas de continuidade. Com isso, metade da classe veio continuar seu curso na PUC-SP ou no Sedes Sapientiae. Ficamos com 22 alunos na turma, que passamos a chamar a turma da resistência. O que aprendemos nessa formação pode até ter sido menos Psicologia e mais uma forma de luta, de busca, de construção de próprios espaços. Continuamos lutando por um projeto pedagógico que forme com consciência social e política. Mas não foi fácil...

Maria do Carmo – *Como você vê a avaliação das instituições de ensino superior (IES) dos cursos que está sendo feita pelo MEC? Que dificuldades essas instituições enfrentam?*

Raquel – Acho que o processo de avaliação das IES no país realizado pelo MEC começa a possibilitar a desacomodação de um espaço que estava fechado em si mesmo. Nunca se realizou avaliação da formação básica do psicólogo no país. Neste momento, as IES estão abrindo suas portas à comunidade. Algumas não se submeteram à avaliação, seja por não estarem ainda com o curso reconhecido, seja por questões de autonomia, como foi o caso das estatais paulistas. A avaliação incomoda, gera problemas para quem está sendo avaliado, mas tem aspectos posi-

vos. Percebo que o processo está incompleto, há ainda muito a ser melhorado, mas, mesmo em seu início, ele permitiu a identificação de aspectos importantes da formação do psicólogo que não apareciam desde que a profissão foi criada. Estão sendo avaliadas três dimensões nesse processo de formação básica: o corpo docente, a organização didático-pedagógica e a infra-estrutura. Fazemos uma visita à instituição, conversamos com professores e alunos, visitamos as salas de aula em funcionamento, laboratórios, bibliotecas, conhecemos a proposta do curso e os programas de disciplinas. Dá para se ter um retrato do que a universidade pode oferecer.

Marcelo Moreno – *Será que hoje, com as ênfases propostas pelas novas Diretrizes Curriculares, não corremos o risco de promover, durante a graduação, a formação antecipada de um especialista?*

Raquel – Distingo o que seja formar um "psicólogo no Brasil" e formar um "psicólogo para o Brasil". O psicólogo que está sendo formado "no Brasil" é um profissional que aprendeu técnicas para o trabalho de intervenção em uma relação um para um, saído de um modelo médico, da doença mental. E o psicólogo formado "para o Brasil" deverá ter um referencial de trabalho diferente: tem de entender o impacto que a vida social causa na estruturação mental dos indivíduos e na forma de viver que assumem. É óbvio que a graduação tem de dar conta de formar um profissional psicólogo que valorize os diferentes setores no desenvolvimento do sujeito, no momento histórico em que ele vive, na co-



educação para o Brasil

munidade de que faz parte e no nível socioeconômico ao qual pertence. Ainda não temos um referencial teórico nem prático que possa dar conta dessa realidade. A idéia das ênfases nas Diretrizes é a de que o aluno possa ter um tom diferenciado na formação, porque é ilusório pensar que todos os programas possam formar psicólogos com a mesma "cara". As universidades têm vocações diferentes. Isso interfere na formação. Acho que a criatividade e a forma de as universidades pensarem os seus próprios projetos vão dar o matiz distinto de cada uma, que pode ser matriz teórica, área de atuação, recorte temático... É formar o profissional com a "cara" que a universidade é capaz de oferecer, tendo uma base comum, que deve ser garantida para que o estudante de Psicologia possa ter um percurso profissional semelhante.

Solange Wechsler - *Vim de Brasília para Campinas a seu convite e criamos a ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Você pode relatar como se deu esse processo?*

Raquel - Quando terminei a Psicologia, percebi que minha formação era voltada para o indivíduo-problema, o indivíduo doente. Embora tivesse uma experiência prática na área educacional, não tinha como opções de formação outras áreas em que pudesse exercer minha profissão. Então fui buscar a pós-graduação e voltei à Universidade para dar aulas, para aumentar as chances de formar o psicólogo com uma diferente perspectiva de atuação. Quando a Universidade passou por uma reforma e foi organizada em departamentos, criamos o De-

partamento de Psicologia Escolar, que ganhou espaço de igualdade com a área de Clínica e Trabalho. E a PUC-Camp até hoje tem essa estrutura, abrindo agora uma área nova, a Psicologia Forense. Depois levamos a Especialização para Campinas, o Mestrado e o Doutorado, com opção para Psicologia Escolar. Não dava mais para ensinar sem a pesquisa como pilar básico para o pensamento e a produção do conhecimento. Depois disso, inquietei-me com a falta de perspectiva para o trabalho na área da Psicologia Escolar. Formava profissionais que não podiam atuar. Logo que abriu a subsede do CRP SP em Campinas, fui convidada a trabalhar na Comissão de Educação e a primeira iniciativa foi chamar os psicólogos que trabalham com educação. Criamos um núcleo de Psicologia Escolar em Campinas. Escutamos todos os problemas e as necessidades da área pela voz daqueles que estavam na prática. Chegou então a Solange para o nosso Departamento, também com a idéia da criação de uma Associação Nacional. Pensei que não tínhamos mais tempo a perder. Era preciso nos associarmos. Naquele ano, em uma reunião da SBPC em São Paulo, debaixo de um frio horrível, submetemos aos psicólogos presentes essa proposta. Com uma enorme discussão e algumas reestruturações, os estatutos foram criados, e mais tarde, a ABRAPEE.

Maria do Carmo - *Como você entende a Psicologia Escolar no mundo hoje?*

Raquel - Chamo psicólogo escolar aquele que está dentro da escola no mínimo 24 horas por semana, acompanhando a criança que entra e sai, inclusive na hora do recreio, e perto da professora que não consegue dar aulas. Não é o psicólogo que atende ao problema de aprendizagem de dentro de um consultório. A Psicologia Escolar, portanto, é uma área de atuação definida pela presença profissional junto ao sistema educacional. Em todo o mundo, o processo de desenvolvimento da criança em situação educacional é acompanhado por um profissional de Psicologia. Sua importância está justamente na possibili-

dade de, estando presente no espaço da escola, poder interagir com professores, pais e crianças para o acompanhamento do progresso deles nesse sistema. É um profissional da prevenção, por excelência. Sempre procurei discutir essa posição, pois o profissional que atua no sistema educacional não está isolado. Não há como considerar esse papel somente do ponto de vista técnico, mas também é preciso que se conheça a importância de sua presença em todo o sistema social em que a criança se desenvolve.

Solange - *Você trabalhou como tesoureira da Associação Internacional de Psicologia Escolar - a ISPA. Como essa experiência afetou seu modo de olhar para a Psicologia Escolar?*

Raquel - Afetou bastante. Sempre digo que viajar para o exterior como profissional sul-americana é um exercício de humildade. Os primeiros contatos com o exterior fizera-me sentir me inferiorizada, incapaz, tanta era a diferença em relação ao que se fazia na Psicologia, sobretudo na área Escolar. É tanta produção na área que você pensa: "Será que eu faço pesquisa?". Aprender com a experiência de outros países é importante. Enquanto aqui ainda não temos os psicólogos em todas as escolas, outros países trazem problemas e conhecimentos gerados de uma prática completamente diferente da nossa. Em um segundo momento, surgiu o trabalho em parceria. Isso aconteceu depois que os países do Leste Europeu foram incorporados ao nosso grupo, começando a transitar mais nos fóruns de trabalho que mantínhamos em equipe dentro da Associação. Essa experiência trouxe um sentimento de identidade. Nossos problemas eram mais parecidos. Formamos vários grupos, como por exemplo o de prevenção à Aids, o dos Direitos das Crianças. Você vai trocando idéias e percebendo que as pessoas formadas diferentemente e vivendo em sociedades também diferentes têm muito interesse em saber como vivemos por aqui o exercício de nossa profissão.

Maria do Carmo - *E a América Latina?*

Raquel - Primeiro morei na Europa por razões familiares. Minha experiência com a América Latina aconteceu mais tardiamente, quando começamos a encontrar



colegas desses países nos fóruns de trabalho da ISPA. Fiz pós-graduação na USP, no período da ditadura e era muito difícil escapar para uma proposta de trabalho mais latino-americana naquela época. O impacto da literatura norte-americana ou a do Norte da Europa sobre os psicólogos era muito forte. Depois que recebi meu diploma de doutorado, que é outorgado a um pesquisador autônomo, passei a direcionar a linha de pesquisa e o enfoque teórico para minhas próprias escolhas.

Monica Gobitta - *Gostaria de que você falasse sobre seu projeto de prevenção em situações de risco.*

Raquel - A gente vive em ciclos. Eu planejo minha vida, minhas metas, a cada dez anos. Vocês viram que eu parti de uma intenção de dar aulas - eu queria alfabetizar -, daí fui fazer Psicologia e passei a trabalhar junto do professor alfabetizador. Circulei pela Baixa Mogiana de mala e cuia, violão nas costas, trabalhando com as Apaes. A educação especial era uma forma de atuação que eu achava necessária. Trabalhei com crianças com diferentes necessidades: deficientes visuais, deficientes auditivos e aqueles com disfunção cerebral mínima, como era chamado o problema naquela época. Um dia, comecei a perceber que era a escola que fazia as crianças ficarem especiais, pois não sabia como lidar com elas, e que essas precisavam de alguém que as encaminhasse para um sistema alternativo, paralelo. Aí a prevenção começou a tomar conta de minha cabeça. Estudei a intervenção preventiva e comecei a trabalhar com os alfabetizadores na sala de aula. Assim, fui mudando de lugares na minha vida, sempre procurando caminhos para uma atuação prévia que atingisse a maioria das crianças na escola e seus professores. Ao invés de agir com a consequência - o problema da criança -, você atua na causa, no que gera o problema, que, quase sempre, está na raiz da qualidade da escola que temos.

Monica - *Só dentro da escola?*

Raquel - A escola é uma instituição "da" e "na" comunidade. O modo de atuação do profissional tem de dar conta de atingir a forma como a criança e sua família se relacionam entre si e com todos os outros indivíduos de sua comunidade, incluídos aí os agentes de desenvolvimento da escola.

Solange - *Você esteve, em nome da ABRAPEE e do CFP, no Congresso Nacional quando houve a audiência pública da Psicopedagogia. Quer falar sobre isso?*

Raquel - Acho que está suspensa a votação dessa matéria no Congresso. No entanto, é uma discussão ainda presente. O CFP está regulamentando a especialidade de Psicopedagogia como uma forma de intervenção de profissionais, psicólogos e pedagogos preocupados com a criança que não progride em seu processo de escolarização. É preciso ter uma escola que dê conta de acolher qualquer criança. A instituição escola tem um compromisso com todas as crianças. Nesse sentido, não pode ter somente professores. Tem de disponibilizar um conjunto de outros profissionais para dar apoio a esse processo e compreender a criança com um novo olhar.

Maria do Carmo - *Depois da graduação, que outras formações você teve?*

Raquel - Fiz a pós-graduação e depois fui a Rochester para um pós-doutorado



Marcelo, Monica, Raquel, Solange e Maria do Carmo: gravação do Projeto Diálogos, estreando novo cenário.

que me permitisse traduzir a pesquisa acadêmica em intervenção prática. Dou aulas na pós-graduação há dez anos e uma coisa sempre me incomodou: a produção acadêmica nacional não tem impacto na realidade. Se tivéssemos uma boa pesquisa, não teríamos a realidade que vivemos hoje. Há muitos trabalhos de pesquisa que servem somente para a obtenção do título acadêmico. Há uma grande distância entre o que se faz na Universidade e o que é a realidade, sobretudo na área da Psicologia Escolar. Essa distância precisa ser diminuída. Agora, se nem os professores das universidades lêem os trabalhos dos próprios colegas, as dificuldades serão ainda maiores para que essa literatura chegue aos professores de outros níveis mais básicos de ensino. Há uma diferença de linguagem, sobretudo. Essa ponte entre o que é produzido na universidade e o que realmente a comunidade pode absorver tem sido meu desafio no momento. A experiência do pós-doutorado me permitiu, principalmente, entender esse processo. Na Alemanha, minha experiência foi trabalhar com um laboratório para a produção de instrumentos de avaliação psicológica do temperamento.

“O ministro não quer ver que não dá para trabalhar na interpretação do sistema educacional com um indicador somente, como a taxa de ingresso da criança de sete anos na escola. (...) Há uma apresentação de índices de distorção idade-série muito altos camuflando o índice de reprovação de 45,8%. Vamos falar a verdade: isso é reprovação!”

Solange - *Querida que você falasse sobre seus novos projetos.*

Raquel - Meus últimos dez anos foram dedicados a meu aprimoramento. Investi em minha formação, fiz escolhas, parcerias, busquei pessoas com quem pudesse ter uma interlocução dentro e fora do país. Você tem de escolher quem fica

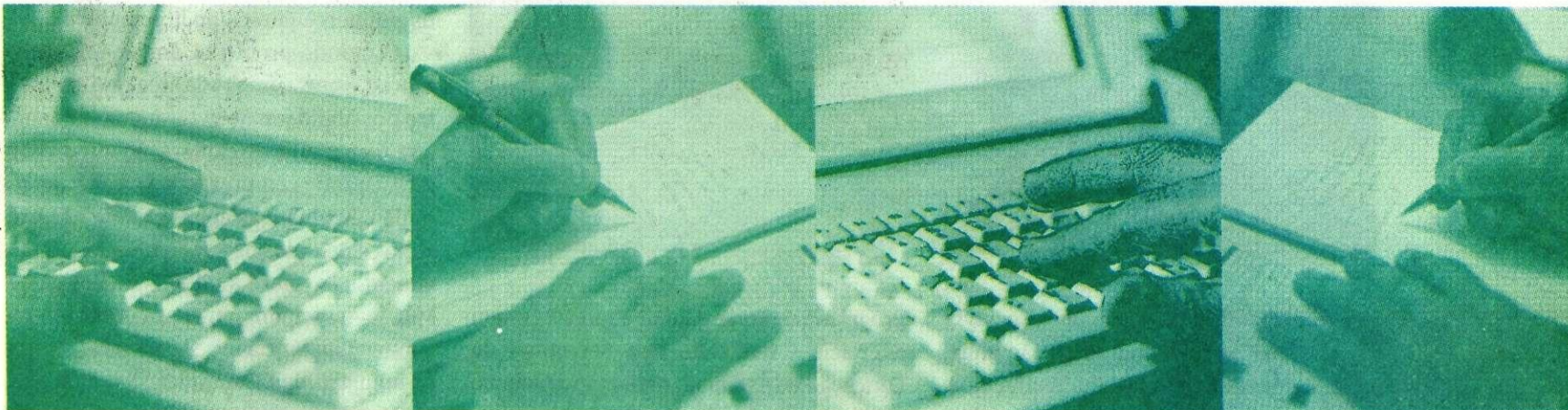
debaixo de seu guarda-chuva. Esses últimos dez anos serviram para organizar um contexto que envolveu a constituição de um profissional de psicologia capaz de atuar no contexto social, comunitário, a partir da escola, seja a creche, a pré-escola, seja o ensino fundamental, o médio ou o superior. Agora, meu compromisso é com a consequência social dessa intervenção, o seu impacto sobre as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Acho que chegou a hora de a universidade se aproximar da comunidade de forma comprometida e eficaz. Nosso projeto visa colocar os profissionais nesses espaços. Campinas tem cerca de 185 bairros. Minha meta é atingir 18 deles, considerados de risco, dentro desse tempo.

Marcelo - *Quais são sua convergência e sua divergência em relação à política educacional praticada hoje no Brasil?*

Raquel - Esse projeto neoliberal que está aí não vai dar conta do que busca. Não tenho nenhuma convergência, nenhuma afinidade com esse tipo de sociedade que está se estruturando. Hoje, estava lendo o relatório do MEC, em que o senhor ministro apresenta como uma grande vantagem a participação popular na construção do programa "Educação para Todos". Tenho de dizer que fiquei surpresa com isso. Que participação popular é essa? Quem está junto dele? É o terceiro setor, são as empresas, as pessoas que têm o poder econômico nas mãos. Não é a comunidade. O ministro não quer ver que não dá para trabalhar na interpretação do sistema educacional com um indicador somente, como a taxa de ingresso da criança de sete anos na escola. Ele conta vantagem dos 95,7% das crianças que ingressam no sistema, mas não fala no quanto esse índice é baixo quando se analisa quantas saem da escola fundamental. Há uma apresentação de índices de distorção idade-série muito altos camuflando o índice de reprovação de 45,8%. Vamos falar a verdade: isso é reprovação! Quer dizer que não estamos melhorando. No projeto que estamos desenvolvendo, a idéia é fazer com que a comunidade assumira, conscientize-se de seus direitos em relação à educação de seus filhos. Uma educação de qualidade é direito de todos. Acho que chegou a hora de reclamarmos. A população tem de entender que pode chegar para um diretor de uma escola e dizer: "Meu filho tem o direito de ficar nessa sala de aula!". E a comunidade pode se organizar para que isso aconteça.

A Internet pode viabilizar uma educação à distância eficaz?

Ilustração: fotomontagem com imagens Photodisc



No ano passado, o CRP SP recebeu consultas sobre a validade dos cursos de Psicologia à distância oferecidos pela Internet, fato que mobilizou a Comissão de Formação do Conselho a pesquisar o assunto. A chamada “educação à distância”, expressão que vem sendo divulgada com frequência pela mídia, não é em si uma novidade. Há anos é praticada via rádio e mesmo pelo Correio – quem não se lembra das propagandas em revista do Instituto Universal Brasileiro? Mas a Internet colocou ingredientes novos na receita, permitindo à “educação à distância” um maior dinamismo didático –, o recurso da interatividade – e, principalmente, um novo apelo de *marketing*.

Somada a enorme demanda por formação (superior ou não) existente no Brasil ao forte apelo que a Internet exerce sobre as pessoas, o resultado é um mercado potencial atraente para os cursos virtuais. Mas

toda cautela nesse caso é pouca. A pesquisa feita pelo CRP SP identificou, por exemplo, uma certa American World University – AWU –, de Iowa, EUA, com sede em Vitória, ES, que divulga anúncios oferecendo cursos pela Internet em vários segmentos, inclusive Psicologia. O ensino à distância foi normatizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – e regulamentado pelos Decretos n.º 2.494 (10/02/1998) e n.º 2.561 (27/04/1998). O Art. 6º do Decreto 2.494/98 define que os diplomas e certificados de cursos à distância emitidos por instituições estrangeiras devem ser “revalidados” por universidades brasileiras para que tenham efeitos legais.

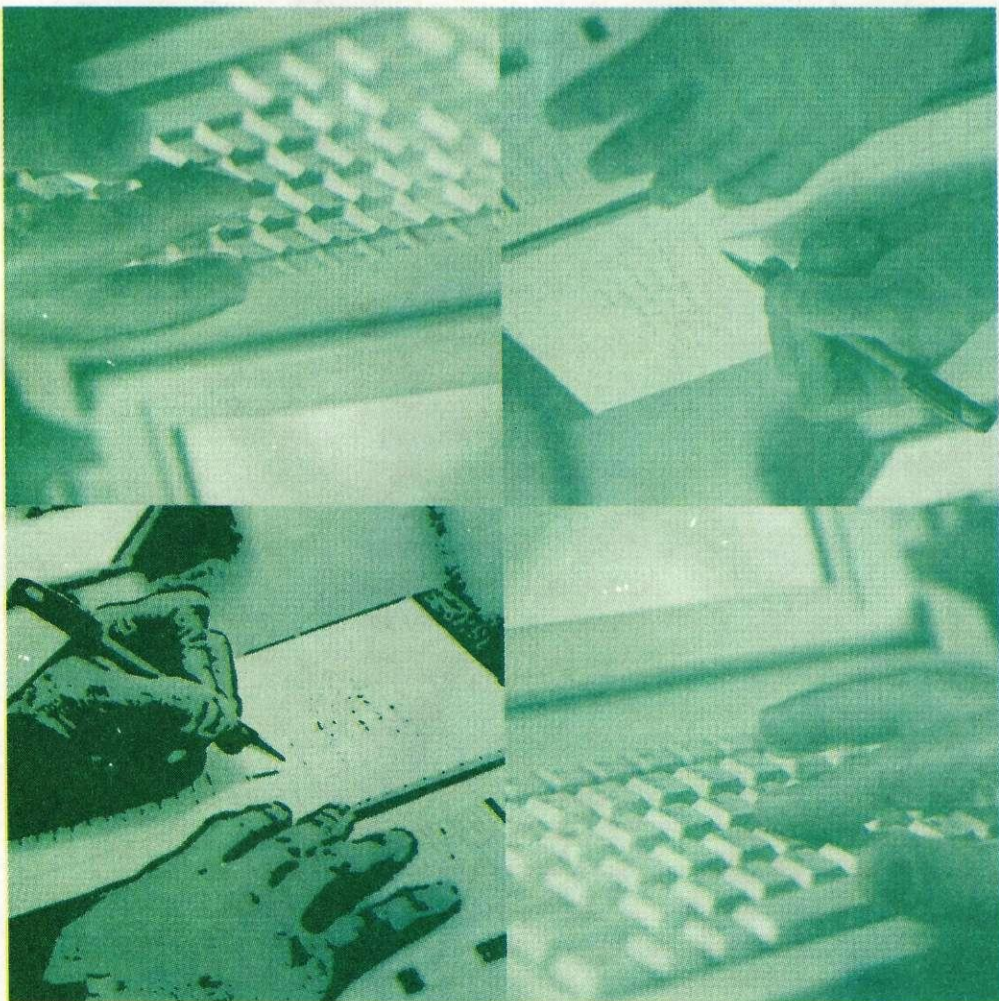
Em outubro do ano passado, Antônio Macdowell de Figueiredo, à época secretário de Educação Superior do MEC – Ministério da Educação e Cultura –, enviou carta às universidades federais brasileiras

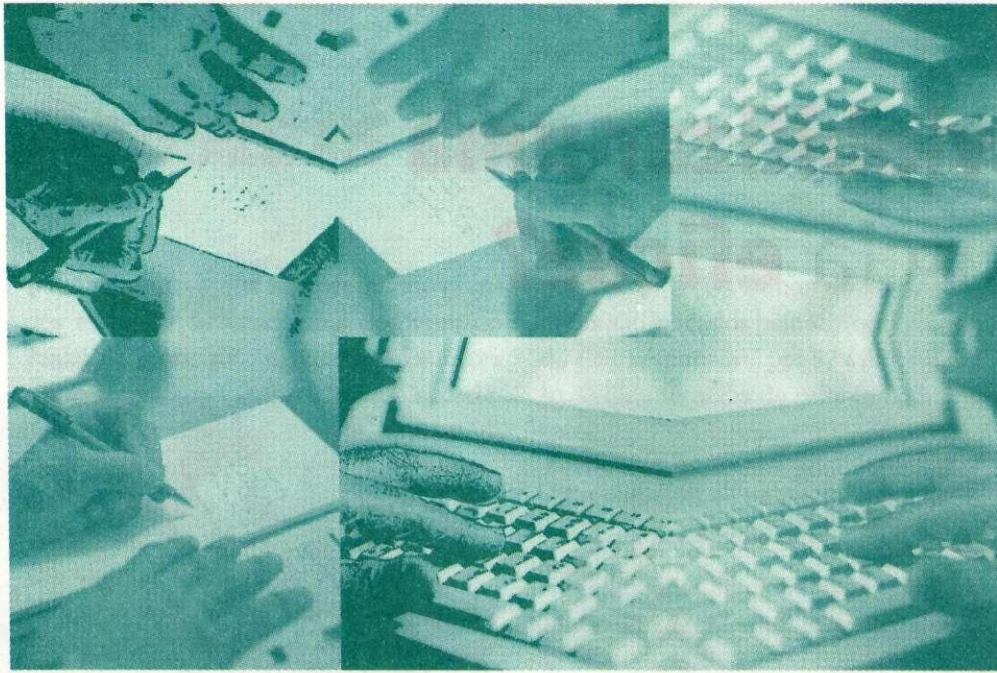
instruindo-lhes a não dar validação aos diplomas emitidos pela AWU. Apesar de legalmente registrada nos EUA, ela não é credenciada (*accredited*, termo usado nos EUA) para o ensino superior. Segundo Alexandre Nicolau Luccas, membro da Comissão de Formação e diretor do CRP SP, mesmo que o curso da AWU “ministre todos os conteúdos programáticos que promete – o que é muito estranho considerando a ‘virtualidade’ imposta pelo meio –, não tem o diploma validado por nenhuma universidade brasileira, ou seja, não tem validade legal para o exercício da Psicologia no Brasil ou mesmo fora dele”.

Os anúncios da AWU, publicados particularmente em Vitória, ES, onde ela chegou a angariar alunos, não alertavam para esse “detalhe” técnico; ao contrário, mencionavam o nome da Secretaria de Educação do Estado induzindo a falsas interpretações de que os diplomas seriam reconhecidos pelo MEC. Pela legislação, as propostas para a formação de cursos de ensino fundamental ou médio “à distância” devem ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições. No caso de graduação e educação em nível tecnológico, o credenciamento deve se dar junto ao MEC.

No Brasil, existem ainda dificuldades legais para uma liberação total das universidades virtuais. Apenas algumas instituições estão cadastradas no MEC para atuar na área (as universidades federais do Pará, do Ceará, do Paraná e a Universidade Estadual de Santa Catarina). “Atualmente não temos no Brasil nenhum curso à distância de Psicologia que seja validado. A LDB abriu a possibilidade do ensino à distância no Brasil, mas vivemos ainda um hiato entre a existência da lei e a regulamentação definitiva do assunto pelo MEC”, comenta Alexandre. A regulamentação para programas de mestrado e doutorado à distância ainda está indefinida; porém, essas modalidades contarão com legislação específica, de acordo com o Decreto n.º 2.494.

Por trás de toda essa questão legal, há uma pergunta básica a ser respondida: a educação à distância é válida em um modelo de ensino que sempre teve um cará-





ter presencial? "Creio que ela não serve para formar profissionais, pois não oferece as mesmas condições que as faculdades reais podem oferecer para o estudante. Como é possível preparar-se para uma atuação que tem de lidar com sujeitos humanos, como é o caso dos Psicólogos, sem a vivência do relacionamento interpessoal?" - indaga Alexandre. Contudo, o uso das novas tecnologias na qualificação profissional e educacional de pessoas que estão distantes dos grandes centros urbanos pode ser extremamente válido.

Um exemplo disso é o Pró-formação -

Programa de Formação de Professores em Exercício - realizado pela Secretaria de Educação à Distância, órgão vinculado ao MEC, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Cerca de 50 mil professores dessas regiões lecionam, sem possuir a habilitação exigida pela LDB, nas quatro séries do ensino fundamental. Iniciado em 1999, o Pró-formação utiliza recursos do ensino à distância, tomando por base as características do público-alvo - professores que estão trabalhando e que encontram dificuldade em frequentar cursos presenciais.

Outro exemplo nessa mesma direção é a Unirede - Universidade Virtual Pública do Brasil. Com o apoio de 62 instituições públicas - dentre elas a UnB, a Unicamp e a UFRJ -, a Unirede tem se dedicado a cursos que formam profissionais para trabalhar com tecnologias aplicadas ao ensino. Atualmente seus cursos são: Formação em Educação à Distância, TV na Escola e Desafios de Hoje e Constituições Brasileiras. Ainda este ano, devem ser iniciados os primeiros cursos de licenciatura.

O grande problema do "ensino à distância" é que, como toda área que demonstra possibilidade de gerar lucro, ele tende a se tornar alvo de exploração mercadológica. Grandes empresas já se voltam para o filão. Estimativas apontam que nos próximos cinco anos os sites educacionais movimentarão quase 2 bilhões de dólares. A MBG & Associados, empresa produtora de cursos à distância (que tem como sócio o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros), lançou em 2000 o site *e-Learning Dealer*, que comercializa espaço virtual a empresas e entidades que queiram oferecer módulos de ensino *online*. Diante de investidas como essa e outras que rapidamente virão, fica a dúvida: será que o poder público brasileiro, com a morosidade que lhe é característica, conseguirá movimentar-se a tempo para regulamentar esse mercado e resguardar o público das AWUs da vida? ●

ciclo de debates

DESAFIOS DA FORMAÇÃO

NAS DIVERSAS PRÁTICAS DA

PSICOLOGIA

Programação

Horário sempre das 9h00 às 16h00
(exceto 24/03, das 9h00 às 12h00)

Local Auditório do CRP SP

Vagas limitadas a 130 lugares

Reservas na Secretaria do CRP SP

- | | |
|-------|--|
| 10 03 | Formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho:
Novas Perspectivas em Debate
Coordenado pela Comissão de Recursos Humanos do CRP SP |
| 24 03 | O Papel do Psicólogo no Combate ao Preconceito e às Diversas
Formas de Exclusão
Coordenado pela Comissão de Direitos Humanos |
| 28 04 | Novas Perspectivas na Formação do Psicólogo:
Discutindo o Processo de Avaliação Psicológica
Coordenado pela Comissão de Avaliação Psicológica |
| 30 06 | A Inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -
no Currículo de Formação de Psicólogos
Coordenado pela Comissão da Criança, Adolescente e Família |
| * | Psicologia na Área da Saúde: debatendo a Formação e suas
Implicações para Prática Profissional
Coordenado pela Comissão de Saúde |
| * | Psicologia e Educação: Formações e Práticas
Coordenado pela Comissão de Educação |

(*) data a confirmar

Participe!

Os limites da lei e da psicoterapia como ética



A minha contribuição para os atuais debates sobre a regulamentação de especialistas é bem delimitada. Refere-se a um dos aspectos da regulamentação da psicoterapia e não a toda ela. Esse aspecto específico é, no entanto, na minha opinião, um elemento fundamental do exercício ético e técnico da psicoterapia. Explico um pouco melhor: a lei existente, tanto no caso do psicólogo quanto no do médico (ou, especialista-psiquiatra), não faz qualquer menção direta e explícita ao exercício da psicoterapia. Essa entra apenas como alusão a mais uma dentre as atividades terapêuticas e não como uma prática clínica específica. No caso do psicólogo, a expressão "solução dos problemas de ajustamento" refere-se, indiretamente, ao exercício da psicoterapia. Portanto, não existe regulamentação própria para a psicoterapia.

Nesses termos, qualquer pendência ou ruptura unilateral entre psicoterapeuta e paciente, no caso de isso vir a ocorrer, fica em aberto. Ou, melhor ainda, remete ao Código de Defesa do Consumidor, o que quer dizer que o caso passa a ser tratado como um problema inespecífico e sem critérios científicos ou clínicos em um fórum que trata dos mais diferentes setores de prestação de serviços. Essa lacuna ou omissão da regulamentação faz com que ambos os lados da relação psicoterápica fiquem expostos aos possíveis abusos de cada um deles, em e por princípio. O problema é que, até bem recentemente, houve um acordo tácito em que ambas as partes não exorbitariam de suas funções e de suas éticas informais, como paciente e como psicoterapeuta.

No entanto, nas duas últimas décadas - talvez pela crise conjuntural resultante dos problemas sociais e políticos da sociedade brasileira e também pela exacerba-

ção de uma cultura do narcisismo - vem havendo, em alguns casos, rupturas em relações psicoterápicas, que ética e tecnicamente deveriam permanecer somente dentro do relacionamento paciente/psicoterapeuta, nas quais um dos lados rompe arbitrariamente e unilateralmente a cumplicidade dual passando a tratar de tal desentendimento exclusivamente fora da relação psicoterápica. É o caso de pacientes que reivindicam o ressarcimento ou a devolução dos pagamentos dos honorários por não terem obtido "aquele" resultado terapêutico esperado por eles. Isso pode estar ocorrendo em consultório particular ou em instituição pública de saúde mental.

No momento atual, o impasse em pauta não tem regulamentação específica e é

tratado nos termos do Código de Defesa do Consumidor e suas instâncias judiciais. Portanto, em vez de haver critérios de ética e técnica (indissociáveis entre si), restam critérios arbitrários que são estabelecidos e julgados como "mais" um dos assuntos de prestação de serviços. Não considero que a regulamentação desse item da psicoterapia seja uma solução final, mas é um instrumento de ética e de técnica necessário para a intermediação dos direitos e dos deveres dos dois lados, em conjunto, sem arbitrariedade unilateral.

Não se trata de endossar o caráter compulsório da lei, imposta autoritariamente e burocraticamente, como um fim em e por si mesma. Trata-se de encará-la como mais um dos recursos do exercício democrático da cidadania, que se baseia no diálogo entre as diferentes partes. Nesse sentido, a recente aprovação pela APAF - Assembleia das Políticas Administrativas e Fiscais - dos Conselhos de Psicologia, em dezembro último, de nove áreas de especialização em Psicologia (veja na pág. 18) pode ser entendida como uma busca de articulação da lei, exercício ético/técnico e cidadania, numa equação do diálogo entre as diferentes partes envolvidas - ciência, exercício profissional e sociedade - em termos que competem ao psicólogo, ao psicoterapeuta ou ao psicanalista.

Roberto Yutaka Sagawa

Psicanalista em formação no Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de SP. Membro do Núcleo de Psicanálise de Marília e Região.



Mercado da auto-ajuda e individualismo e

Como alcançar sucesso profissional? Como enfrentar as mazelas da vida mantendo sempre um “pensamento positivo”? Qual a fórmula para se atingir um absoluto autocontrole da mente?

Como se libertar da timidez, da ansiedade, do medo e do estresse cotidiano? Ou ainda como conquistar amigos e amantes?

Promessas sedutoras como essas têm garantido público cativo para os chamados “gurus da auto-ajuda”, que vendem milhares de livros e se transformam em estrelas, lotando auditórios pelo país afora, sempre com ingressos a um alto custo. Dentre eles, encontramos profissionais de diferentes áreas, como Psicologia, psiquiatria, medicina, economia etc., invariavelmente oferecendo técnicas persuasivas que prometem tornar melhor a vida daqueles que as cumprirem “fielmente”.

Dados da Câmara Brasileira do Livro - CBL - mostram que no ano 2000 o segmento das “obras gerais”, no qual se inserem os livros de auto-ajuda, cresceu 7%. Entre 1997 e 1998, as vendas desse segmento dobraram, passando de 1,1 milhão para 2,1 milhões de exemplares vendidos. Em 1994, elas não ultrapassavam a 411,9 mil exemplares. Sedutoras justamente por garantirem, de um modo fácil, rápido e acessível, a realização de desejos e a solução de problemas comuns a todos nós, essas “técnicas de auto-ajuda” não têm na maioria das vezes qualquer comprovação de suas eficácias. De concreto, sabe-se apenas que seus criadores ajudam bastante a si mesmos, engordando suas contas bancárias. “Todo discurso de auto-ajuda é fundado na idéia de que é somente preciso acreditar que aquilo que se quer pode acontecer. Essa é uma idéia bastante primária e primitiva, na medida em que se baseia em um pensamento do tipo místico, ou seja, um pensamento fundado em crenças tais como as das religiões”, comenta Leliane Gliosce Moreira, membro da Comissão de Orientação do CRP SP. Não é portanto por acaso que os livros de auto-ajuda são geralmente classificados, nas estatísticas de vendagem, ao lado dos de esoterismo.

A maioria das publicações de auto-ajuda baseia-se na valorização da estima do indivíduo, pregando a idéia de que o sucesso depende de ações que estão ao alcance de todos, contrariando a própria realidade econômica e culturalmente competitiva e desigual de nossa sociedade. A facilidade prometida por essas técnicas é atraente, fazendo com que os leitores percam o senso crítico e desconsiderem a falta de fundamentação. Não poucas vezes, os criadores dessas supostas “técnicas” pretendem passá-las por científicas, urdindo uma espécie de pseudopsicologia “de bolso”, que afetam e interferem diretamente na área de atuação da Psicologia. Autor do livro “A Ilusão no Discurso de Auto-ajuda e o Sintoma Social” (Editora Unijui-1999), o psicólogo gaúcho Arnaldo Chagas estuda o assunto desde 1996 e concorda que “o discurso de auto-ajuda funciona, em geral, de forma semelhante ao discurso religioso: evoca certezas, não lida com dúvidas, vulnerabilidades ou insuficiências humanas”. E ele não tem dúvidas de que os supostos “efeitos da auto-ajuda são imaginários. Essa literatura funciona como um ‘doping psíquico’ e seus efeitos perduram até o próximo fracasso”, argumenta o pesquisador, que no ano passado concluiu, pela UFRGS, uma tese de mestrado sobre “O Sujeito Imaginário no Discurso de Auto-ajuda”.

Opiniões mais tolerantes entendem que o discurso de auto-ajuda funciona, no má-

“os efeitos da auto-ajuda são imaginários. Essa literatura funciona como um ‘doping psíquico’ e seus efeitos perduram até o próximo fracasso”

foto: acervo pessoal



Auto-ajuda vende

falsa felicidade



Foto: AE

ximo, como um reforço positivo que tem uma penetração superficial no indivíduo. “Em linhas gerais, isso é inocente e pode ser eficaz, porque de fato permite a ultrapassagem de uma série de inibições e dá força e coragem na vida e nas relações sociais”, avalia Contardo Calligaris, psicólogo, psicanalista e colunista da *Folha de S. Paulo*. Os especialistas divergem sobre as conseqüências que as “técnicas de auto-ajuda” podem causar em seus usuários. Para Arnaldo, elas são inconvenientes e subordinaam ao caminho do desamparo e da solidão, “o que - como é do conhecimento de qualquer psicólogo - tem um custo muito alto para o ser humano”.

Já Calligaris não crê que seus efeitos sejam tão graves. “Eu não fico muito preocupado com as conseqüências negativas desse tipo de leitura. Minha impressão é de que as pessoas passam de um método de auto-ajuda para outro com muita facilidade e isso significa que não acreditam em um único método como a última palavra para a sua salvação. As pessoas lêem com interesse, mas pegam relativamente leve. Eu acho que fica para cada pessoa uma série de pequenos achados em cada método, compondo uma espécie de auto-ajuda pessoal”, conclui. A ciência psicológica e as chamadas “técnicas de auto-ajuda” encontram vários pontos de contato, assim como de atrito. A principal identidade está na idéia central de que o melhor caminho para que as pessoas se entendam melhor e, assim, superem dificuldades e se desenvolvam está na “meritocracia”, ou seja, na compreensão de que as respostas de que precisamos estão contidas em nossas subjetividades. Porém, as diferenças são bem maiores que as semelhanças. “A Psicologia é uma ciência que se baseia no estudo científico de comportamentos e emoções humanas, não podendo oferecer soluções simplistas, pois deverá analisar o psicológico na sua interface com o social. As técnicas de auto-ajuda supõem ser necessário somente um esforço pessoal e o desenvolvimento do interior do indivíduo que queira se transformar, não havendo consideração sobre as interferências do social, tanto para o sucesso como para a derrota”, comenta Leliane Moreira. Para Contardo Calligaris “a diferença fundamental é que no contato com os livros de auto-ajuda os recursos conseguidos são muito poucos se comparados com os recursos que o sujeito pode encontrar em si mesmo, por meio de uma psicoterapia. Além disso, esses recursos são mais difíceis de ser encontrados até por serem mais numerosos. Em geral o que pode ser dito na auto-ajuda é um reforço”, define.

Outra questão central é até que ponto essas “técnicas de auto-ajuda” podem in-

terferir ou mesmo atrapalhar o trabalho dos psicoterapeutas. “A auto-ajuda, para se tornar mais consistente ao seu público, usa e abusa dos conceitos teóricos e técnicos das ciências psicológicas, banalizando-os e, muitas vezes, distorcendo-os”, afirma Leliane Moreira. Para a conselheira do CRP SP, a diferença entre a intervenção de um “guru” da auto-ajuda e a de um psicoterapeuta está “no fato de que o primeiro supostamente já sabe tudo o que se passa nos indivíduos. Espera-se que ele possa ser uma espécie de oráculo. Já o psicoterapeuta é um profissional que investiga, que pergunta, que busca saber e conhecer e que, portanto, não sabe de imediato, mas saberá através do ‘outro e com o outro’. Por isso, psicólogos que produzem auto-ajuda já se distanciaram do fazer psicológico”, defende. Arnaldo Chagas considera “o psicologismo casuísta de auto-ajuda nocivo, porque propõe soluções milagrosas e imediatistas para qualquer problema e para qualquer pessoa. Em se tratando de problemas humanos, tudo aquilo que contém receitas milagrosas é suspeito de seriedade. Isso poderá embaraçar as pessoas diante de um processo terapêutico sério e, na maioria das vezes, lento”, conclui.

Mas a principal oposição entre o discurso de auto-ajuda e a Psicologia está no compromisso social. As “técnicas de auto-ajuda” pretendem passar receitas de como progredir profissionalmente, financeiramente e priorizam um narcisismo exacerbado em detrimento da vida em sociedade, no que espelham o modelo individualista competitivo estimulado pelo capitalismo neoliberal. “Se as pessoas estão individualistas e isoladas, a literatura de auto-ajuda é, ao mesmo tempo, produtora e produtora disso. Produtora, pois propõe a resolução dos problemas do indivíduo pelo próprio indivíduo; e produtora, porque absorve aquilo mesmo que produziu; ou seja, é exatamente esse público que consome o discurso da auto-ajuda”, comenta Leliane. No contexto da “auto-ajuda”, o outro assume o papel do concorrente ou da “coisa” a ser conquistada. Contardo Calligaris ironiza esses efeitos, afirmando que nas técnicas sobre como fazer sucesso, avançar no emprego etc. o cinismo é um componente essencial. “Mas você acha que alguém segue isso? É difícil ensinar alguém a ser cínico.” Arnaldo Chagas não poupa a auto-ajuda em seu caráter alienante. “O ‘psicologismo’ da auto-ajuda contrapõe-se a qualquer Psicologia que possua um compromisso coletivo, pois ele reforça o individualismo em detrimento dos laços sociais. Isso significa dizer que as pessoas são cada vez mais incentivadas a se preocuparem consigo mesmas”.

“a diferença entre a intervenção de um ‘guru’ da auto-ajuda e a de um psicoterapeuta está no fato de que o primeiro supostamente já sabe tudo o que se passa nos indivíduos. Espera-se que ele possa ser uma espécie de oráculo. Já o psicoterapeuta é um profissional que investiga, que pergunta, que busca saber e conhecer e que, portanto, não sabe de imediato, mas saberá através do ‘outro e com o outro’”



Foto: Folha Imagem

Crise da modernidade estimula interesse pela “busca interior”

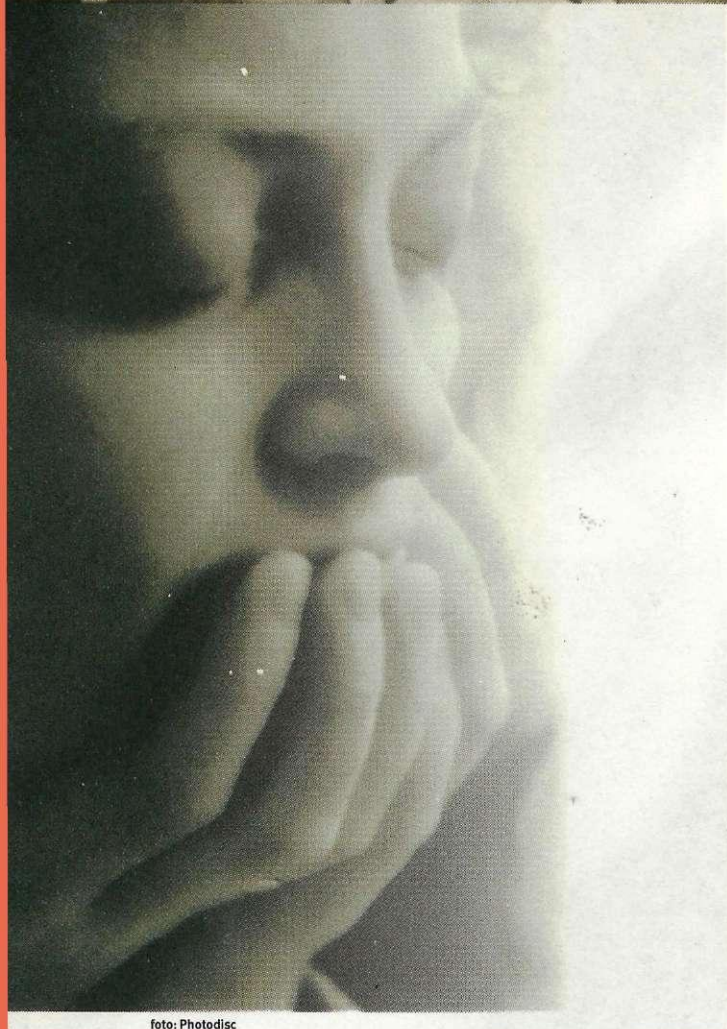
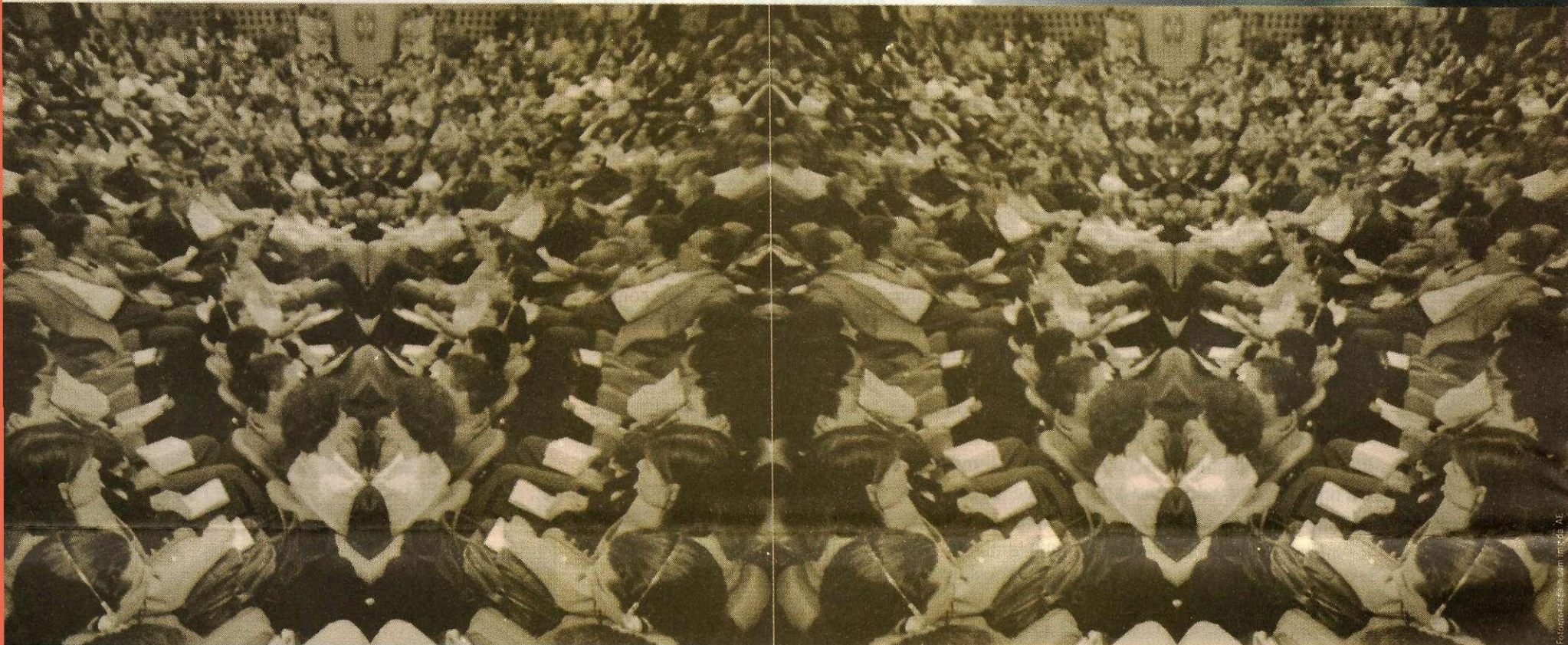


foto: Photodisc

Palestras: outro segmento explorado pelos “gurus” da auto-ajuda.

Dos livros lançados no Brasil anualmente, 30% são títulos do segmento ‘auto-ajuda e esoterismo’. Esse dado, obtido em pesquisas realizadas pelo psicólogo gaúcho Arnaldo Chagas, comprova o fascínio que essa literatura exerce nos leitores brasileiros. A editora Laura Barcelar, da Mercúrio, confirma que “até alguns anos, esses livros não somavam 20% de nosso catálogo. Mas isso está se ampliando, porque percebemos um interesse crescente do público por esses títulos”.

José Henrique Grossi, gerente de Marketing da editora Best Seller – uma das sete maiores do país –, afirma que o foco da sua editora é a auto-ajuda. “Quando começamos a lançar esses produtos, em 1988, percebemos que havia um mercado promissor e que pouca coisa era publicada na época. Hoje, a auto-ajuda corresponde a 50% dos títulos lançados por nossa editora”, estima. Grossi afirma que sua editora procura publicar títulos de qualidade, selecionando os títulos que lança por meio de comissões editoriais e de *marketing*, mas admite: “É meio no cheiro; não temos nada de científico”, pondera. Em seu *cast*, ele conta com a autora brasileira Louise Hay, que publicou o livro “Você Pode Curar Sua Vida” (com mais de um milhão de exemplares vendidos em dez anos) e com Deepak Chopra, guru das estrelas de Hollywood, autor de “Sete Leis Espirituais” (o mais vendido da editora no segmento,

com 400 mil exemplares em 5 anos).

Sabe-se que o filão está crescendo, mas não se pode explicar o fenômeno apenas como uma simples estratégia de *marketing*, como ocorre com produtos de supermercado. O psicólogo Contardo Calligaris encontra resposta em fatores culturais: “A auto-ajuda é um tipo de escolha estritamente ligada à contemporaneidade; quanto mais uma sociedade é individualista, ocidentalizada, globalizada e avançada, enfim, quanto mais se parece com os EUA, mais espaço existe para a auto-ajuda”, argumenta. Nas sociedades pré-modernas os recursos de que o sujeito precisava para sua vida – psíquicos, técnicos e de saber – eram propostos pela comunidade e pela tradição. “A modernidade mudou isso de maneira radical: tomando emblematicamente o sujeito cartesiano, o fundamento da razão é completamente subjetivo. A operação constitutiva da subjetividade contemporânea implica esquecer de tudo o que foi escrito até agora. Cada um deve procurar em si mesmo qual é a faísca de intuição que vai lhe dizer qual é a verdade”, complementa Contardo.

Precursor no estudo da auto-ajuda no Brasil, o gaúcho Francisco Ricardo Rüdiger, professor da UFRGS e da PUC-RS, escreveu “Literatura de Auto-ajuda e Individualismo” (1996), no qual afirma que ela não se restringe a um fenômeno editorial e econômico: “É muito mais que isso, dei-

tando suas raízes no próprio núcleo da tradição cultural e filosófica do Ocidente e, por suposto, na crise dessa e de seus valores e instituições". Para Rüdiger, os autores de auto-ajuda procuram fundar um sistema de pensamento próprio que, aplicado à vida, poderá levar o leitor a alcançar seus objetivos individualizados. Seu conterrâneo Arnaldo Chagas entende a auto-ajuda como um advento da sociedade moderna: "Contribui para seu florescimento a crise ética, moral e institucional que vivemos". Se outrora o sucesso e a realização pessoal eram mediados pelos "bons princípios, pelo caráter, pela coragem e pela honra", hoje o que mais conta "é a posição privilegiada que uma pessoa ocupa na sociedade, pouco importando como ela chegou ali ou se contribui para a melhoria do coletivo", define. Já a antropóloga e professora da USP Maria Lúcia Montes entende o fomento da auto-ajuda como motivado por uma crise da sociedade moderna e pelo fim da crença de que o progresso técnico traz felicidade ao indivíduo. "Quatro séculos depois da inauguração desse tipo de raciocínio, que se deu com a prática civilizacional a partir da Renascença, vive-se hoje uma crise de civilização. A história desmentiu a promessa do bem e da felicidade que se esperava do progresso. Contudo, essa modernidade foi baseada no predomínio do indivíduo sobre a sociedade e a natureza. E esse indivíduo, perante essa crise de civilização, tem dificuldade em encontrar apoio em valores sociais, procurando-os dentro de si", argumenta.

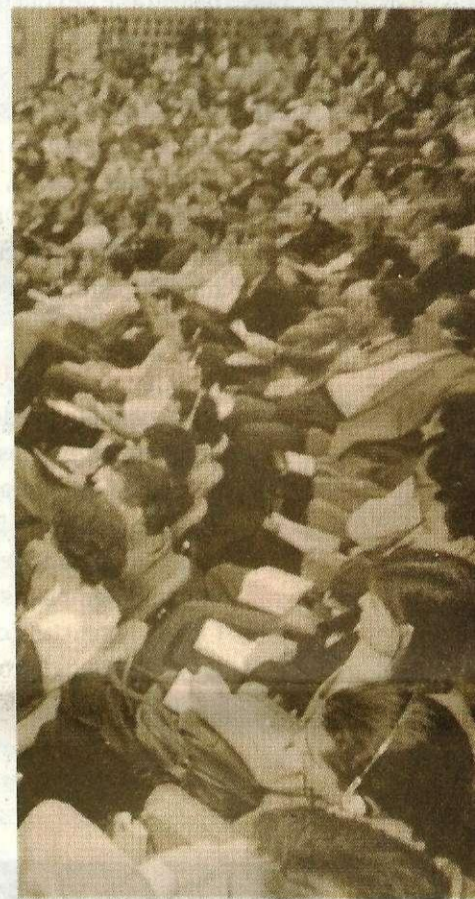
Os questionamentos sobre as técnicas de auto-ajuda desdobram-se ainda na já mencionada falta de embasamento científico e no enfoque excessivo na conquista

de bens materiais e na competitividade. Um dos autores de maior vendagem no segmento, o psicólogo e padre gaúcho Lauro Trevisan, defende-se dos críticos alegando que seus livros nunca estimulam a competição. "Não se trata de ser contra alguém, mas a favor de si mesmo. Num jogo, o atleta não vai lutar contra o adversário, mas a favor de si e do seu time, produzindo seu melhor futebol, suas melhores habilidades, servindo aos companheiros da maneira mais eficiente a fim de obter o objetivo que é a vitória e não a derrota do adversário. Trata-se de nova visão positiva." Afirma ainda que "a busca do sucesso não é influenciada pelas causas sociais e externas, pois não é o mundo exterior que faz o mundo interior, mas o contrário".

Com relação à falta de comprovação da eficácia de suas técnicas, Lauro afirma que, desde 1975 vem pesquisando o assunto servindo-se "de pesquisas de outras pessoas e institutos", sem oferecer dados mais precisos, além da afirmação de que "as cerca de 400 mil pessoas que fizeram jornadas comigo, em diversos países, ofereceram-me resultados que podem ser considerados conclusivos". Outro bem-sucedido no ramo, o psiquiatra paulista Roberto Shinyashiki, envolveu-se no ano passado em um episódio polêmico durante as Olimpíadas, quando foi contratado pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB - para aplicar técnicas motivacionais nos atletas brasileiros que participaram do certame em Sidney, Austrália. Dentre outras coisas, Shinyashiki fez os atletas andarem sobre brasas, imagem que causou sensação em toda a mídia. Em entrevistas dadas na ocasião, ele explicou que seu trabalho "é puramente psicológico" e que "quem está

bem, pode caminhar sobre as brasas". O método provocou reação imediata de profissionais ligados à Psicologia do Esporte e fez com que o CFP enviasse uma carta ao COB na qual afirma que "as práticas adotadas pelo sr. Shinyashiki não são reconhecidas por este Conselho profissional e podem prejudicar os atletas ao invés de ajudá-los".

A despeito de toda crítica, contudo, o filão cresce não apenas em faturamento (por meio de vendas de livros, de palestras e de consultorias), mas também em diversidade de assuntos tratados. A área mais antiga e profícua é, sem dúvida, a do auto-conhecimento. Mas temos ainda as técnicas de auto-relaxamento, crescimento profissional, etiqueta, *performance* sexual etc. O psicólogo Arnaldo Chagas pondera que "alguns manuais que ensinam técnicas de como organizar discurso e falar em público etc. podem ser úteis em determinadas situações para certas pessoas. Mas toda auto-ajuda que invoca auto-estima e os supostos recursos interiores de alguém como a única saída para resolver os problemas da vida é, no mínimo, questionável". ●



CICLO DE DEBATES

TEMAS EM PSICOLOGIA DO ESPORTE

CONVIDADOS

Antônio Luiz Prado Serenini, Cilene Okuma, Eduardo Neves P. de Cillo, Fabíola Matarazzo, Fábio Brotto, Gisela Sartori Franco, José Aníbal Azevedo Marques, Kátia Rubio, Luís de Andrade Martini, Luciana Ferreira Ângelo, Maria Lucia Contreras Baboghlian, Marisa Markunas, Patrícia Medrado, Marisa Agresta, Samia Hallage Figueiredo, Sérgio Junichi Kuroda, dentre outros.

PROGRAMAÇÃO

29 03 2001	Grupos Esportivos
26 04 2001	Transição na Carreira Esportiva
31 05 2001	Projetos Sociais
28 06 2001	Práticas Interventivas
26 07 2001	Psicologia do Esporte na Atividade Física

LOCAL

auditório do CRP SP, Rua Arruda Alvim 89 | Jardim América | São Paulo SP

HORÁRIO

sempre às 19h30

LOTAÇÃO

130 lugares

PÚBLICO-ALVO

dirigido a psicólogos, profissionais de educação física e esporte, estudantes e interessados pelo tema

INSCRIÇÕES

antecipadas na Secretaria do CRP SP, por telefone (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306 ou e-mail info@crpsp.org.br

ENTRADA GRATUITA



Conselho Regional de Psicologia SP

Popstars da auto-ajuda



O filão da auto-ajuda tem produzido grandes estouros de vendas de livros no Brasil. Os pioneiros no gênero são autores norte-americanos, dentre os quais podemos destacar Dale Carnegie, morto em 1955 e até hoje muito lido; mas atualmente temos produtos *made in Brazil* com grande aceitação. Autores como Lair Ribeiro, Roberto Shinyashiki e Lauro Trevisan atingem cifras comparáveis aos grandes *best sellers*. Além da venda de livros, esse mercado explora também a venda de palestras e de consultorias para todo o Brasil. Dentre os que mais faturam no subramo das palestras está Shinyashiki, que realiza quinze por mês ao custo de R\$ 15 mil cada (segundo reportagem da revista *Veja*). Lair Ribeiro, por sua vez, realiza 6 palestras mensais a R\$ 6 mil cada. A seguir, publicamos curtos perfis de alguns nomes destacados da auto-ajuda.

Roberto Shinyashiki - Psiquiatra paulista formado pela Universidade de Bragança. É um dos mais requisitados palestrantes de auto-ajuda do Brasil e o mais vendido (cerca de 5 milhões de exemplares). O livro "O Sucesso é Ser Feliz" vendeu 600 mil exemplares até a 30ª edição e o "A Carícia Essencial", de 1985, alcançou 1,25 milhão. Outros livros seus são "Amar Pode

Dar Certo" e "Os Donos do Futuro". Seus livros são lançados pela Editora Gente, sendo ele o responsável por 52% do faturamento. Utiliza técnicas de reforço positivo em motivação de grupo e trabalha principalmente em empresas e na área esportiva.

Stephen Covey - Norte-americano, escreveu "Os 7 Hábitos das Pessoas Muito Eficazes" que, lançado em 1989, vendeu mais de 12 milhões de exemplares em todo o mundo, tornando-se um dos mais vendidos do planeta no ramo (encabeçou por 270 semanas o *ranking* do *The New York Times*).

Lair Ribeiro - Cardiologista, é um dos maiores escritores de auto-ajuda do Brasil. Escreveu treze *best sellers* (onze traduzidos em países da Europa e da América Latina). Sua técnica baseia-se na chamada "programação neurolinguística" (prática ainda não reconhecida pela Psicologia), que ensina habilidades para se influenciar pessoas por meio da comunicação global, o que Lair define como "mágica da influência". Ensina como implicar os outros naquilo que "eu" desejo e fazer com que os outros pensem e se comportem da maneira que "eu" quero. A Editora Objetiva já vendeu mais 1,5 milhão de exempla-

res de livros de Lair, entre títulos como "O Sucesso Não Ocorre por Acaso", "Comunicação Global", "Ajude-se", "Prosperidade - Fazendo Amizade Com Dinheiro", "Emagreça Comendo", "Pés no Chão, Cabeça nas Estrelas" e a "A Magia da Comunicação".

Lauro Trevisan - Psicólogo, padre, jornalista e escritor: com essa diversificada gama de atuações, iniciou sua carreira em 1980 e já vendeu 2,4 milhões de livros, entre os 41 publicados. Seu título mais vendido é o "O Poder Infinito da Sua Mente", que alcançou 900 mil exemplares em 315 edições. Outros títulos são: "A Fé que Remove Montanhas", "Exploda a Crise - Faça Sucesso", "Conhece-te e Conhecerás o Teu Poder", "Você Tem o Poder de Alcançar Riquezas", "Ame ou Você Morrerá no Próximo Domingo" e "Cure-se - Você é o Seu Próprio Remédio", dentre outros.

Dale Carnegie - Norte-americano, é pioneiro no ramo da auto-ajuda. Seu livro "Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas" vendeu mais de 10 milhões de cópias desde seu lançamento em 1936. Outros *best sellers* seus são "Como Evitar Preocupações e Começar a Viver" e "Administrando Através das Pessoas". Mais de 50 milhões de cópias dos livros de Carnegie foram impressas e publicadas em 38 línguas. Criou também o Treinamento Dale Carnegie, que ensina a falar em público e já graduou mais de 4 milhões de pessoas.

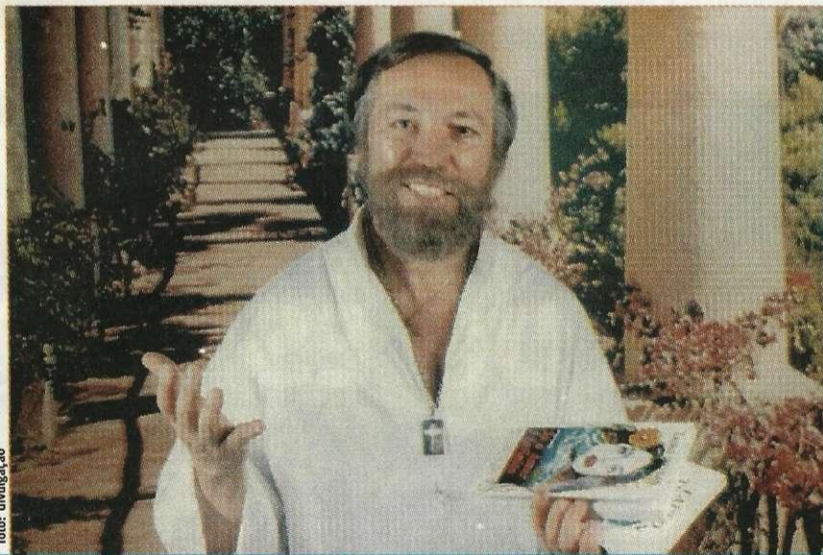


foto: divulgação



foto: AE

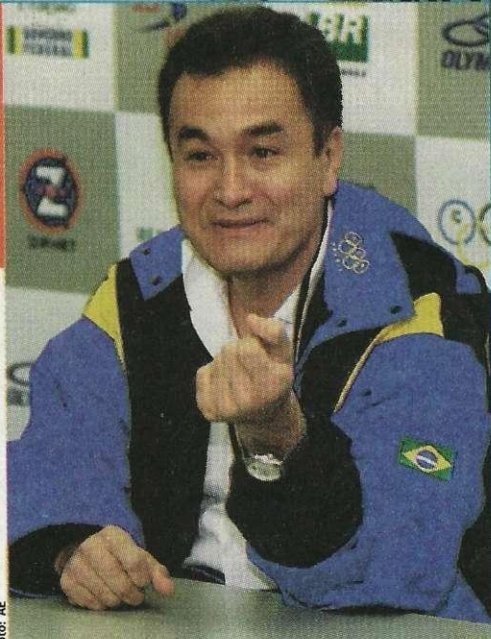


foto: AE

Lauro Trevisan (ao alto), Lair Ribeiro (à dir.) e Roberto Shinyashiki (acima com jaqueta do COB).

Auto-ajuda inclui-se no universo das práticas não-científicas

Auto-ajuda

Florais de Bach
Terapias de Vivências Passadas
Psicologia Transpessoal
Cromoterapia
Aromaterapia
Programação Neurolinguística

As chamadas “técnicas de auto-ajuda” não são as únicas práticas não-científicas que adentram o campo da Psicologia: muitas outras transitam próximo de nossa profissão, como Florais de Bach, TVP (Terapias de Vivências Passadas), Cromoterapia, Aromaterapia, PNL (Programação Neurolinguística) etc. E não são raros os psicólogos que se interessam por essas práticas, chegando muitas vezes, por falta de orientação, a aplicá-las. Criado com a finalidade de esclarecer dúvidas dos profissionais, o Centro de Orientação do CRP SP recebe muitas consultas referentes a práticas não-convencionais, a maioria das quais a respeito da regulamentação existente sobre as mesmas e da possibilidade de serem empregadas por psicólogos. “A procura pela literatura de auto-ajuda e por práticas não-convencionais é determinada pela necessidade de conforto rápido e solução imediata. Estamos na época do imediatismo e do descartável: para satisfazer desejos emergentes, tudo tende a ser consumido, digerido e descartado rapidamente”, comenta a psicóloga Ana Stella Álvares Cruz, membro da Comissão de Orientação do CRP SP.

Nesses casos, o Centro de Orientação alerta sobre as implicações éticas de o psicólogo atuar com práticas não-reconhecidas como pertencentes à ciência da Psicologia - o que infringe os artigos 1º, alínea c, e 38º, alínea d, do Código de Ética (veja ao lado). Além disso, são fornecidas orientações sobre a necessidade de serem desenvolvidas pesquisas acadêmico-científicas - que devem seguir as resoluções CFP nº 10/97, CFP nº 11/97, Instrução Normativa nº 01/97 e a Resolução do Conselho

Nacional de Saúde nº 196/96. A persistência de um profissional em conduta inadequada poderá caracterizar infração ética, com a conseqüente instauração de um Processo Ético.

A Comissão de Orientação do CRP SP tem orientado o psicólogo a propor, associado à comunidade científica, projetos de estudo de práticas e métodos novos de Psicologia, por meio de processos de pesquisa que avaliem cientificamente sua pertinência e a possibilidade de serem utilizados como recursos psicológicos no exercício profissional. “A Psicologia cada vez mais se incorpora a diferentes formas de ações do homem; o psicólogo que exerce sua prática em nível comunitário, institucional ou familiar se encontra diante de um contínuo desafio, que é construir e desenvolver novas formas para seu trabalho. Sabemos que esse é o caminho que temos a percorrer com seriedade e competência. Contudo estamos preocupados com psicólogos que aderem imediatamente a novidades que não possuem comprovação científica e com os prejuízos que isso pode causar ao exercício da profissão”, alerta Ana Stella.

Portanto, o profissional deve estar atento à manutenção dos “preceitos éticos” ao praticar a Psicologia. Ana Stella pondera que “o desejo de construir novas possibilidades em nosso campo de trabalho deve estar acompanhado do conhecimento técnico-científico. Sabemos que existem questões que precisam ser melhor compreendidas e, portanto, devemos refletir sobre elas. Estamos continuamente buscando o progresso desses conhecimentos”.

Código de Ética

Das responsabilidades gerais do psicólogo

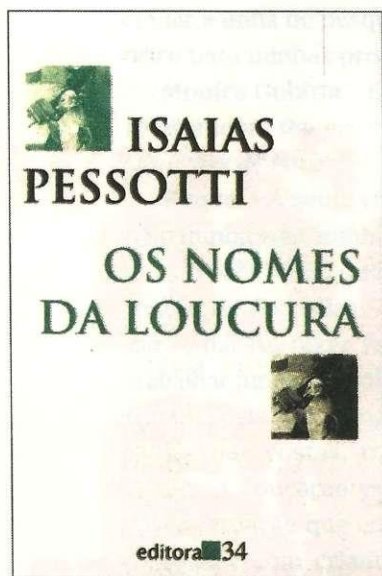
Art. 1º - c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e as técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional;

Da publicidade profissional

Art. 38º - É vedado ao psicólogo:

d) propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional.

Os nomes da loucura através dos tempos



Os Nomes da Loucura,

de Isaias Pessotti. Editora 34, 1999 (1ª. ed.), 261 págs., R\$ 23, 00.

Depois de "A Loucura e as Épocas" (1994) e "O Século dos Manicômios" (1996), Isaias Pessotti completa, com "Os Nomes da Loucura", uma trilogia que aborda historicamente o fenômeno da doença mental. Como as anteriores, essa obra constitui-se em leitura obrigatória para todos aqueles que direta ou indiretamente têm o psiquismo como foco de interesse, particularmente os que trabalham no âmbito da saúde/doença mental e da história da Psicologia e da psiquiatria.

Ela trata especificamente das classificações e das denominações da loucura ao longo do tempo. Percorrendo os séculos, da Antiguidade à contemporaneidade, esse trabalho é, nas palavras do autor, "uma coleção de classificações ordenadas em seqüência cronológica" (pág. 9), abordando o tema de Hipócrates ao DSM - IV. O autor empreende um levantamento dos nomes atribuídos à loucura, analisando-os sob a perspectiva das categorias empregadas e dos critérios que as fundamentam, quais sejam: o etiológico, o sintomatológico, o filosófico e o nosológico.

Pessotti constata, ao realizar essa longa viagem, que "o conceito básico de loucura varia pouco da Antiguidade até o presente" (pág. 7) e que "ao lado dessa per-

manência da noção fundamental de loucura, o número das espécies ou subespécies (...) varia muito de um período a outro" (pág. 7). Demonstra ele que, apesar das variações, os conceitos de "mania" e "melancolia", de Hipócrates, permanecem centrais nas tentativas de classificação da loucura. A obra permite ao leitor percorrer o caminho dos nomes da loucura ao longo do tempo, cotejando cada "novidade" com as produções anteriores, particularmente com a categorização hipocrática.

Ao expor cronologicamente as classificações e denominações da loucura, a obra fornece alguns dados que transcendem os objetivos declarados. A análise efetuada pelo autor, com base nos critérios acima descritos, traz elementos que podem contribuir para incursões de ordem epistemológica, metodológica e ontológica a respeito da loucura e dos modos de produção de seu conhecimento. É possível, pois, em uma leitura atenta e analítica, acompanhar as diferentes concepções de doença mental, o modo como essas se transformaram ao longo do tempo, a diversidade de concepções em diferentes autores e escolas e a gênese de determinadas abordagens que se tornaram hegemônicas em certos momentos. Deve-se sublinhar que, dentre várias questões levantadas, é extremamente interessante e elucidativo acompanhar, no texto, a constituição e os fundamentos do organicismo no pensamento psiquiátrico.

É inestimável a colaboração que esse estudo traz aos pesquisadores em história da Psicologia (e da psiquiatria) no Brasil, sobretudo aqueles que pesquisam as teses produzidas, no século XIX, nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Rer ler as referidas teses com o aporte desse trabalho permitirá averiguar as linhas de influência sobre a produção brasileira naquele momento, enfocando os conceitos incorporados, as modificações sofridas ao longo do tempo e, principalmente, as referências teóricas que mais efetivamente penetraram no país; nesse ponto, seria interessante destacar as "loucuras relacionadas à sexualidade" e as teorias organicistas. Vale ressaltar que em tais teses se manifestam, pelos próprios títulos, a incorpora-

ção das classificações, as categorizações e as denominações que estavam sendo então produzidas na Europa.

Embora deva-se reiterar que não se constitui objetivo da obra oferecer uma análise contextualizada, os conteúdos abordados incitam o leitor a arriscar interpretações nesse âmbito. A obra toda presta-se a isso; sobretudo no que diz respeito ao aparecimento de categorizações relacionadas à sexualidade, precisamente no século XIX, em que sobressai a possibilidade de análise das contingências sociais e culturais sobre a emergência de nomes e classes da loucura. Ainda nessa perspectiva, o leitor sente falta, em muitos momentos, das definições ou caracterizações relacionadas aos nomes da loucura arrolados, impondo quase um quebra-cabeça, que não deixa de ser estimulante, mas que dificulta uma análise mais acurada do tema em questão.

A perspectiva de uma análise de caráter sócio-histórico é abordada, tangencialmente, apenas no último capítulo, no qual é particularmente analisado um trabalho de Ritti, "Tratado Clínico Sobre a Loucura de Dupla Forma" (Loucura Circular, Delírio de Formas Alternas), de 1880. Pessotti parece concordar com o autor analisado quando afirma, referindo-se a uma citação de Ritti, que "a idéia de que os nomes da loucura mudam também porque as sociedades produzem tipos novos de alienação mental parece enganosa, já que o que muda 'é a maneira de interpretar os fenômenos'" (pág. 193). Em resumo, à parte as diferenças de olhar dos potenciais leitores dessa obra, só se pode dizer que é devido à primorosa e cuidadosa elaboração da pesquisa que lhe deu base que se pode almejar dela muito mais do que o autor talvez tenha intencionado fazê-lo. É por esse motivo que, mais uma vez, deve-se reiterar, sua leitura é obrigatória.

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Profa. do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da PUC-SP e pesquisadora em História da Psicologia Educacional no Brasil.

Estante

A Histérica Entre Freud e Lacan

De Monique David-Ménard. A histeria na história da psicanálise: a autora conduz o leitor pelos meandros desta psicopatologia inaugural que volta a despertar atenção. Editora Escuta, 192 páginas, R\$ 35,00.

Integrando Diferenças – Possíveis Caminhos da Vivência Terapêutica

De Laurice Levy. Neste seu primeiro livro, a autora fala de sua trajetória profissional com suas perplexidades, seus conflitos e suas descobertas. A primeira parte é dedicada a casos clínicos. Na segunda parte

são apresentados artigos com conteúdos teóricos. Por fim, o tema do "horror mútuo" entre psicanalistas e psicodramatistas. Editora Agora, 208 páginas, R\$ 27,00.

Luto Materno e Psicoterapia Breve

De Neli Klix Freitas. O luto de mães, na faixa etária entre 40 e 50 anos, pela morte de adulto jovem. A partir de pesquisa para tese de doutorado, foram coletados dados em 30 sessões de psicoterapia breve, todas gravadas e supervisionadas. São apresentados seis casos e suas trajetórias. Summus Editorial, 160 páginas, R\$ 21,00.

Vínculo Conjugal na Análise Psicodramática – Diagnóstico Estrutural dos Casamentos

De Victor R. C. S. Dias. O casamento é o assunto do quarto livro de Victor Dias. Os tópicos tratados são: diagnóstico do tipo de crise conjugal, critérios para a indicação de psicoterapia de casal, abrangência e duração da psicoterapia, psicopatologia do vínculo e estratégias para lidar com a crise. Editora Agora, 208 páginas, R\$ 26,20.

(Re)habilitação cognitiva, uma tecnologia humanizante

A (re)habilitação cognitiva é uma das mais gratificantes, estimulantes e promissoras atividades profissionais para o psicólogo clínico e da aprendizagem do novo milênio. Este breve texto descreve um pouco de nosso trabalho na área, nos últimos doze anos no Instituto de Psicologia da USP, e alguns dos muitos sucessos que justificam nosso forte entusiasmo. Temos desenvolvido avançados recursos tecnológicos da ciência da computação para diagnóstico e tratamento efetivo de distúrbios de comunicação e de linguagem em quadros neurossensoriais (surdez congênita), neuromotores (paralisia cerebral e esclerose lateral amiotrófica) e neurolingüísticos (afasia e dislexia), e nas várias combinações entre eles (surdo congênito que venha a torna-se afásico, ou surdo que venha a desenvolver esclerose lateral amiotrófica, ou paralisado cerebral com dislexia do desenvolvimento).

Tal trabalho de pesquisa e desenvolvimento de novos procedimentos e instrumentos de reabilitação e comunicação para pessoas com os mais variados e severos distúrbios de comunicação e linguagem já resultou em mais de 150 novos programas de diagnóstico e tratamento em reabilitação de cognição e linguagem usados no atendimento de mais de 500 pacientes, resultando em cinco livros, 50 capítulos e mais de uma centena de artigos publicados. Dada a exigüidade de espaço, o artigo abordará apenas três quadros clínicos: a paralisia cerebral, a surdez congênita, e a esclerose lateral amiotrófica.

Para crianças com "paralisia cerebral", incapazes de articular fala ou de segurar um lápis para aprender a escrever, criamos e adaptamos vários sistemas de comunicação e alfabetização que podem ser operados pela criança tocando uma tela sensível ou emitindo um gemido ou fazendo algum movimento grosso quando itens de comunicação (figuras e fotos) estiverem sendo varridos automaticamente. Selecionando serialmente os itens, ela aprende a compor mensagens que o computador transforma em frases faladas em português com voz apropriada ao sexo e à idade da criança. Isso organiza e fortalece sua fala interna, permite a comunicação efetiva e a aquisição de habilidades acadêmicas e sociais, vitais para assegurar seu pleno desenvolvimento e sua autonomia. Tais sistemas permitem a inclusão escolar verdadeira da criança paralisada. Por meio deles ela pode fazer perguntas em sala de aula, aprender a ler e a escrever, compor lições de casa e redações e adquirir competências. Já alfabetizamos dezenas de crianças paralisadas que, começando com nossos sistemas pictoriais, por meio dos procedimentos de consciência fonológica, acabaram por adquirir leitura e escrita alfabéticas competentes em pouco tempo.

Para permitir a educação bilíngüe eficaz de "crianças com surdez congênita ou pré-lingual", produzimos o primeiro dicionário enciclopédico trilingüe da Língua de Sinais Brasileira (Libras). Apresentado por Oliver Sacks, e plenamente aprovado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, nosso dicionário traz os sinais ilustrados correspondentes a 9.500 verbetes dis-

tribuídos em 1.600 páginas documentando a Libras pela primeira vez na história e permitindo seu reconhecimento oficial como idioma do surdo brasileiro. Estamos transformando o livro em CD-ROM e elaborando um sistema de multimídia que permitirá ao surdo buscar diretamente os sinais animados da Libras a partir das formas de mão nele envolvidas, sem necessidade de recorrer ao verbete em português. Com isso, o surdo poderá usar a sinalização interna para buscar os sinais do dicionário de Libras, assim como o ouvinte usa a fala interna para buscar as palavras no dicionário de português. Elaboramos também um sistema que converte os sinais animados da Libras em língua falada em vários idiomas, permitindo a comunicação entre surdo e ouvinte, ainda que o surdo não saiba oralizar ou ler lábios e que o ouvinte não saiba Libras, e que seja cego e/ou estrangeiro. Usando técnicas de varredura automática dos sinais e seleção pelo piscar, permitimos ao surdo, ainda que paralisado ou amputado, comunicar-se com outros surdos e ouvintes. E, digitalizando a fala em vários idiomas e incorporando o léxico da Língua de Sinais Americana, permitimos ao surdo brasileiro paralisado fazer-se entender por surdos americanos e canadenses, tanto face a face quanto à distância.

Também temos estendido as fronteiras do trabalho psicológico para abarcar o tratamento de pacientes com "esclerose lateral amiotrófica". Trata-se de uma doença neuromotora degenerativa incurável e fatal que, a partir dos 40 anos de idade, atrofia toda a musculatura esquelética, paralisando progressivamente todo o corpo, incluindo a deglutição e a respiração. Mesmo nos estágios terminais, poucos anos após o diagnóstico, embora já totalmente paralisado, traqueostomizado e recebendo alimentação parenteral, o paciente ainda tem plenamente preservadas sua lucidez, suas sensações e suas emoções. Desenvolvemos os mais avançados sistemas de escrita alfabética pelo piscar que têm permitido o atendimento médico e psicológico desses pacientes. Com eles o psicólogo pode quebrar a barreira do silêncio e efetivamente "ouvir" esses pacientes. O sistema faz varredura automática de itens escritos (letras, sílabas, palavras e frases inteiras) que podem ser selecionados e emitidos com voz digitalizada por meio de um simples piscar, que é a última musculatura a ser perdida. Por meio dele o paciente pode read-

quirir controle sobre sua vida e sobre seu corpo, restabelecer relações com seus entes queridos, comunicar diferentes dores de corpo e alma, satisfazer suas necessidades médicas e emocionais, obter alívio, conforto e aconselhamento psicológico e espiritual. Nosso trabalho com tais pacientes também mereceu elogios do grande neurologista Oliver Sacks. Segundo ele, "a única vez que eu havia ansiado por telepatia foi com esses pacientes *locked-in*, mas seu trabalho permite prescindir de telepatia...".

Nossos sistemas são sólidas pontes para a comunicação entre o psicólogo e o paciente com os mais variados quadros de distúrbios de comunicação e de linguagem. Permitem ao paciente desabrochar, estabelecer diálogo e descobrir sua própria identidade na comunidade humana. E permitem ao psicólogo acompanhar esse paciente em todas as fases de sua vida, desde a esperançosa, mas frágil, alvorada, passando pelo vigor do zênite, até a resolução no crepúsculo, compartilhando com ele a extasiante aventura da vida, e o exercício pleno, concertado e desconcertante, da própria humanidade. Cruzando a ponte, o paciente desenvolve seus talentos e suas virtudes, converte-os em habilidades, ganha autonomia e realiza sonhos. Desfruta o gozo do sucesso na conquista das coisas. Amadurece e edifica-se na contemplação da própria limitação e finitude. Descobre a alegria da transposição dos obstáculos e o estimulante mundo lá fora por trás deles. Mas também percebe os próprios limites e, aprendendo a respeitá-los, encontra a paz em si mesmo. Como via de interação e laço de comunhão em que terapeuta e paciente se desvendam-se um ao outro e cada um a si mesmo, nossos sistemas são um testemunho encarnado da profunda dignidade e incomparável beleza desta profissão que nós todos abraçamos com amor: a de psicólogo.

Fernando C. Capovilla

Ph.D. e livre-docente, Instituto de Psicologia, USP.



Carta-manifesto quer Plano Estadual de Educação emancipador

No 2º e no 3º CONED – Congresso Nacional de Educação –, realizados em 1997 e 1998, foi aprovada uma proposta para um Plano Nacional de Educação – PNE –, cuja meta era sanar o atraso educacional histórico existente no Brasil. Porém, um substitutivo alterou a proposta na Câmara dos Deputados, em Brasília, atendendo a interesses do Governo Federal, que estão abaixo das necessidades educacionais da população. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e as demais entidades comprometidas com uma educação pública de qualidade continuam lutando para inscrever no PNE os princípios, as diretrizes e as metas definidos pelo CONED. No Estado de São Paulo, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública assumiu a tarefa de construir um processo amplo e democrático de elaboração do Plano Estadual de Educação. Esse PEE surgirá de um Congresso Estadual de Educação, precedido de Congressos Regionais. A carta-manifesto “Por um Plano Estadual de Educação Democrático e Emancipador” (lançada na II Conferência Estadual de Educação, realizada em Serra Negra, SP, em 13 de novembro de 2000 e assinada pelas entidades que compõem o Fórum Estadual) convoca todos os interessados a participar desse processo. A carta relaciona as metas propostas, dentre elas “ensino público, gratuito e de qualidade para todos, em todos os níveis; mais verbas para as escolas públicas, da educação infantil ao ensino superior; universalização da educação básica, em todos os seus níveis e em todas as modalidades; mais vagas nas instituições públicas de ensino superior; erradicação do analfabetismo em todo o Estado de São Paulo”.

Regulamentada pesquisa com “humanos” e “especialistas”

Em reunião realizada no início de dezembro, a Apaf – Assembléia das Políticas Administrativas e Fiscais – dos Conselhos de Psicologia aprovou uma série de novas proposições transformadas em “Resoluções” deliberadas pelo CFP em 20 de dezembro. A decisão mais polêmica instituiu “o título profissional de especialista em Psicologia” (Resolução nº 014/2000), estabelecendo as seguintes áreas da Psicologia como especialidades: educacional, organizacional e do trabalho, do trânsito, jurídica, do esporte, hospitalar, clínica, psicopedagogia e psicomotricidade. Os CRPs, depois de avaliarem a autenticidade dos documentos apresentados pelos psicólogos, terão de expedir o título de especialista em 60 dias.

Outra regulamentação importante (Resolução 016/2000) dispôs sobre a “realização de pesquisas em Psicologia com seres humanos”, definindo que essas “deverão ser iniciadas com um protocolo que será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, entidade reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde”. No protocolo deverá constar “objetivos, justificativas e procedimentos adotados na pesquisa”. Além disso, passa a ser obrigação do psicólogo-pesquisador avaliar os riscos envolvidos no trabalho, com o objetivo de proteger os participantes e a comunidade à qual eles pertencem. Veja a seguir outras resoluções aprovadas pelo CFP: nº 009/2000 – Institui e regulamenta o Manual de Normas Técnicas para Residência em Psicologia na área de

saúde. nº 010/2000 – Especifica e qualifica a psicoterapia como prática da Psicologia. nº 011/2000 – Disciplina a oferta de produtos e de serviços ao público. nº 012/2000 – Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e de condutores de veículos automotores. nº 012/2000 – Aprova e regulamenta o uso da hipnose como recurso auxiliar de trabalho do psicólogo. nº 015/2000 – Dispõe sobre inscrição nos CRPs de egressos de cursos seqüenciais na área de Psicologia. nº 017/2000 – Aprova o Regimento Interno do CFP. nº 018/2000 – Institui a Consolidação das Resoluções do CFP.

Filme mostra horror dos manicômios

“Bicho de Sete Cabeças”, da diretora Laís Bodanzky, que estréia em breve nos cinemas, faz uma denúncia contundente sobre as dificuldades vividas pelos pacientes psiquiátricos no Brasil. O roteiro, adaptado do livro de Austregésilo Carrano – “O Canto dos Malditos” –, narra a trajetória de um rapaz internado em um manicômio pelo pai depois de flagrado com um cigarro de maconha. Carrano, inspirador do protagonista, moveu a primeira ação indenizatória por erro médico-psiquiátrico em saúde mental do Brasil. “Bicho de Sete Cabeças” agradou, já arrebatou vários



foto: divulgação



foto: divulgação

prêmios em festivais: foi o grande vencedor do 33º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, recebendo nove prêmios, dentre eles os de Melhor Filme, Melhor Diretora e Melhor Ator para Rodrigo Santoro. O elenco conta também com Othon Bastos (pai do protagonista), Cássia Kiss (mãe) e Jairo Mattos. O patrocínio do filme, “arduamente batalhado”, segundo a diretora, foi feito pela Fábrica de Cinema (empresa sediada na Itália e mantida pela Benetton), pela BR Distribuidora e pela Eletrobrás. Mas os recursos necessários ao seu lançamento nacional, previsto para abril, ainda estão sendo buscados.

Pesquisa mapeará Psicologia

A partir de março deste ano, o CRP SP estará realizando uma pesquisa com todos os psicólogos do Estado de São Paulo. O levantamento nos permitirá fazer um mapeamento completo da profissão, referenciado em questões como: onde trabalha o psicólogo? Em que áreas de atuação? Que tipo de serviços presta? Sua colaboração é fundamental para que essa pesquisa tenha sucesso. Portanto, responda com atenção ao questionário que vai lhe chegar pelo Correio.

PÓS-GRADUAÇÃO | Nivel Lato Sensu

ISBL – Faculdade de Teologia (Fundada em 1954)
Especialização em Aconselhamento Hospitalar | Especialização em Aconselhamento Familiar R. Joaquim Antunes, 767 Pinheiros, São Paulo, SP, Tel.: (11) 3644-7039, e-mail: possp@isbl.org
Formação em Supervisão Clínica | Terapia de Casal e de Família (com o apoio da APRTF) R. Souza Naves, 880, Londrina, PR
Telefax: (43) 323-5132, e-mail: isblpos@sercomtel.com.br
homepage: www.sercomtel.com.br/isblpos
Inscrições para seleção: até 22 de março de 2001

Curso de Capacitação de Mediadores

Coordenação da ADR (Resoluções Alternativas de Disputas) – SP
Apoio OAB-SP – 21ª Subseção Bauru; APSIC – Associação dos Psicólogos de Bauru e Região
Local Auditório da OAB – Bauru – SP
Período de 27/04 a 01/05 e de 14/06 a 17/06 de 2001
Professores Corina Schabbel e equipe
Informações (14) 265-1548 ou (14) 9701-0042

Contrato, vínculo e ética na prestação de serviço

Serviços profissionais de qualquer natureza são prestados tendo como base um contrato entre alguém habilitado para realizá-lo e um cliente (indivíduo, grupo ou instituição) que busca esse serviço. Um contrato pode ser explicitado mediante documento firmado entre as partes, resguardando as garantias que ambas julgarem necessárias. Em se tratando de serviços prestados por psicólogos, a natureza da relação estabelecida entre o profissional e seu cliente leva-nos a falar não apenas em contrato, mas também em um “vínculo” que muitas vezes é considerado peça-chave no desenvolvimento do trabalho psicoterápico.

O contrato existe em qualquer profissão, mas o “vínculo” é específico da área psi. As duas coisas não podem e não devem ser confundidas. Se o fossem, a Psicologia criaria um mundo próprio em que as questões concretas (por exemplo, o pagamento dos serviços ou a interrupção do trabalho) passariam a ser apenas simbolicamente abordadas, sem levar em conta o contexto em que o serviço é prestado. As dificuldades que têm surgido para os psicólogos que procuram o Centro de Orientação do CRP SP aparecem, em geral, quando eles trabalham em instituições, quando são credenciados em convênios de saúde ou ainda quando são funcionários pú-

blicos. O psicólogo coloca um dilema entre respeitar o “vínculo” e a qualidade do atendimento ou romper um contrato. Analisaremos as duas situações que exemplificam essas dificuldades:

1 - Quando o psicólogo trabalha na rede pública, a natureza do serviço prestado que presta não dá a ele nenhum direito diferente do de outros profissionais. No caso de ser afastado ou removido dos atendimentos em andamento, deve questionar coletivamente os critérios e os procedimentos, defendendo também o direito de a população atendida receber serviços de qualidade. Seria inaceitável, por exemplo, que o psicólogo transferisse a clientela para o novo local de seu trabalho, alegando para isso o “vínculo” estabelecido e ignorando o contrato existente entre a instituição prestadora do serviço e a população. Sob o ponto de vista ético, deve garantir que os atendimentos - individuais ou grupais - sejam finalizados da melhor forma possível e/ou assumidos por outro profissional em serviços equivalentes e acessíveis aos usuários. Prosseguir com o atendimento em consultório particular pode caracterizar infração ética. Se após sua saída uma pessoa o procura espontaneamente, um novo contrato será feito e - de preferência - o serviço será cobrado, pois é obrigação do Esta-

do garantir acesso universal à saúde (o que inclui a saúde mental).

2 - Quando vinculado a convênios, surge a dúvida se em caso de ser descredenciado o psicólogo pode levar seus pacientes para outro convênio. Nesse caso, a questão é que o psicólogo não pode “levar” clientes. Cabe a ele - o cliente - decidir sobre como quer proceder e para isso deve dispor de todas as informações necessárias. Algumas delas vão além da situação específica do atendimento. A pessoa atendida não deve ser induzida a continuar o atendimento com o psicólogo em questão em condições contratuais diferentes das estabelecidas anteriormente. Muitas vezes, embora sejam alegadas questões éticas, estão embutidos nesses trâmites interesses econômicos. Situações como essas nos levam a considerar que os psicólogos estão cada vez mais sendo confrontados com uma realidade em que os serviços de saúde tendem a se transformar em bens de consumo sujeitos às perversas leis de mercado. A ética profissional não deve nos alienar dessa realidade, mas nos desafiar a perceber nossos limites e a tomar decisões nem sempre fáceis. Por trás de tudo, está uma grande questão: qual é o nosso compromisso com a sociedade? ●

Agenda

Março

- |03| **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial.**
Coordenação: Comissão de Saúde.
Horário: das 10h00 às 13h00.
Local: Auditório da sede do CRP SP.
- |09| **Videoclube CRP SP – Ciclo “Dilemas Éticos”. Filme “Gattaca – Experiência Genética”, tema: Quem decide a nossa origem?**
Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- |15| **1º Encontro da rede nacional de bibliotecas da área da Psicologia – Integração Rumo à Biblioteca Virtual.**
Organização: CFP e IPUSP. Horário: das 9h00 às 17h00. Local: Auditório do CRP SP.
- |23| **Videoclube CRP SP – Ciclo “Dilemas Éticos”. Filme “Garota Interrompida”, tema: Quem decide como vivemos?**
Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.

- |31| **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial.**
Coordenação: Comissão de Saúde.
Horário: das 10h00 às 13h00.
Local: Auditório da sede do CRP SP.

Abril

- |07| **3º Encontro em Saúde Mental Infantil.**
Organização: Núcleo de Integração Luz do Sol. Horário: das 8h30 às 18h45.
Local: Hotel Estância Lynce, Atibaia, SP. Informações: (11) 4411-4377.
- |27| **Videoclube CRP SP – Ciclo “Dilemas Éticos”. Filme “O Informante”, tema: Entre o interesse pessoal e o bem comum.**
Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- |28| **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial.**
Coordenação: Comissão de Saúde.
Horário: das 10h00 às 13h00.
Local: Auditório da sede do CRP SP.

Maio

- |04| **Videoclube CRP SP – Ciclo “Dilemas Éticos”. Filme “Ou Tudo ou Nada”, tema: Todos os dilemas num só ato.**
Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- |05| **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial.**
Coordenação: Comissão de Saúde.
Horário: das 10h00 às 13h00.
Local: Auditório da sede do CRP SP.
- |11| **Videoclube CRP SP – Ciclo “Dilemas Éticos”. Filme “Os Imperdoáveis”, tema: Entre o bem e o mal.**
Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.

Junho

- |01| **Videoclube CRP SP – Ciclo “Dilemas Éticos”. Filme “Os Miseráveis”, tema: Entre a lei e o sujeito.**
Horário: 19h00. Local: Auditório da sede do CRP SP.
- |02| **Fórum Paulista da Luta Antimanicomial.**
Coordenação: Comissão de Saúde.
Horário: das 10h00 às 13h00.
Local: Auditório da sede do CRP SP.

Atenção: Auditório do CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP | Informações: (11) 3061-9494
e-mail: info@crpsp.org.br | site: www.crpsp.org.br